

Nenhum passo atrás: a criminalização da juventude pobre e a efetivação dos direitos de jovens acusados da prática de ato infracional

*Alice De Marchi Pereira de Souza,
Fábio Simas, Isabel Lima*

"Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão"

Anelise dos Santos Gutterres

Limites do pacto social

Diego Azzi

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

2013

ANO 37 - Nº 126

R\$ 12,



JUVENTUDE: MIL FACES



4

*Entrevista com
Vera Malaguti*

"Movimento na rua é sempre bom, principalmente quando as causas são justas"



23

Regina Novaes

Juventudes, diversidade e participação: desafios para governos e sociedade



Editorial

Entidade cinquentenária, há anos a FASE tem atuado com jovens, o que não deixa de ser um desafio cotidiano de reinvenção. Estamos com eles, apoiando seus projetos via a atuação do SAAP (Serviço de Análise e Assessoria a Projetos); a partir de grupos que de alguma maneira reivindicam direitos entre os nossos temas de atuação; ou, ainda, com trabalho que tem a juventude como sujeito central.

Nosso mais recente trabalho na área urbana, com grupos de jovens do Recife (PE), Belém (PA) e Rio de Janeiro (RJ), vem nos instigando ainda mais a refletir sobre as especificidades destes grupos: suas respostas, seu modo de agir politicamente, o modo como se relacionam com o passado, o presente e o futuro. Confirmamos, no diálogo com estes jovens, o que dizem tantas pesquisas a respeito deles: nos deparamos com a fragmentação das lutas e bandeiras juvenis e a emergência de modos de se organizar diversos daqueles tradicionalmente construídos por movimentos sociais, partidos e ONGs. O convívio com estes jovens especialmente tem mobilizado nossa reflexão sobre como o Direito à Cidade – ou a falta deste direito – afeta cada grupo que compõe a sociedade de modo diferenciado – entre estes segmentos, o juvenil, em sua diversidade constitutiva.

Entender um pouco mais sobre as muitas faces com as quais a juventude brasileira se apresenta foi nossa primeira intenção ao compor este número da revista Proposta. Desde o início, nos defrontamos com uma infinidade de desdobramentos para o tema, que devia dialogar com outros, como o feminismo, a identidade, a comunicação, a solidariedade internacional e os desafios dos jovens camponeses confrontados cotidianamente com o êxodo rural. Além disso, figurava a necessidade de falar sobre a sociedade e as punições, drogas, a circulação dos jovens e aqueles e aquelas em conflito com a lei. Também pensávamos sobre os avanços e limites da institucionalização de uma série de políticas dirigidas aos jovens – e para as quais há uma quantidade de mecanismos de participação social. Há fóruns, debates e conferências, todos frutos da luta destes mesmos jovens (ou de outros, que já não são mais jovens). No entanto, nos perguntamos: é suficiente? Atende aos desejos – e direitos! – destes 50 milhões de brasileiros e brasileiras?

Fomos então, como todo o Brasil, positivamente surpreendidos pela força da juventude nas ruas em junho de 2013. Mais ou menos organizada, de acordo com cada momento, a juventude tomou as ruas com a pluralidade que caracteriza suas mil (ou mais) faces. Centenas de cartazes artesanais e os cantos nas ruas mostraram por alguns meses que as questões que se espalham em tantos *sites*, *blogs* e especialmente nas redes sociais podiam se materializar também no grito que ecoou em avenidas e vielas – num movimento que não se restringiu às grandes cidades: se multiplicou, ao longo dos meses foi perdendo força, mas ainda não desapareceu do cenário nacional. A urgência das reivindicações, boa parte relativas ao caos urbano, e uma identificação de erro nas prioridades que os governos elegeram como eixo de suas atuações, deixam agora em estado de alerta estes mesmos governos que ao se prepararem para receber a Copa do Mundo e realizar eleições gerais em outubro.

Os acontecimentos até aqui marcaram a todos e todas nós como um bonito ressurgimento das massas nas ruas – certamente a primeira passeata de tantos destes que formam a maior geração de jovens que o país já teve. O movimento nas ruas marcou também esta Revista, como não se pode estranhar, afinal, a juventude foi o centro da ação. Ganhamos artigos que tratam deste momento histórico e propõem análise sobre a sua reverberação. Aproveitamos ainda para dialogar sobre algumas de nossas inquietações na entrevista que abre a edição.

Não esperamos que esta Proposta esgote os debates sobre aqueles movimentos ou sobre os jovens brasileiros, mas inauguramos nosso 37º ano de publicação certos da potência da juventude.

Boa leitura!





4

Livia Duarte e Joana Barros

Entrevista: Vera Malaguti
"Movimento na rua é sempre bom,
principalmente quando as causas são justas"



12

Anelise dos Santos Gutterres

"Não é mole não, pedi transporte público
e me deram um caveirão"



18

Alice de Marchi Pereira de Souza, Fábio Simas e Isabel Lima

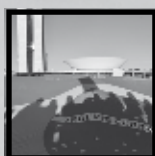
Nenhum passo atrás: a criminalização da juventude pobre
e a efetivação dos direitos de jovens
acusados da prática de ato infracional



23

Regina Novaes

Juventudes, diversidade e participação:
desafios para governos e sociedade



31

Diego Araujo Azzi

Limites do pacto social



38

Coletivo de Fotografia Expandida

Fotos para jogar luz na cidade

Sumário



45

Julia Paiva Zanetti

Lutas e estratégias de jovens feministas



49

Marta Almeida e Wesley Máximo

Juventude de Terreiro: tradição e resistência



54

Paulo Demeter

Jovens gerando renda na agricultura familiar



61

Alessandro Muniz, Bruno Ferreira e Maria Izabel Leão

Comunicação que mobiliza a juventude para a transformação social



66

Christian Schøien

Solidariedade internacional: a juventude norueguesa comemora 50 anos de Operação Dia de trabalho



Repressão policial das manifestações foi constante - e uma marca dos movimentos que começaram em junho (Fabio Rodrigues/ABr)

"Movimento na rua é sempre bom,
principalmente quando as causas são justas"

Livia Duarte e Joana Barros¹

¹ Livia Duarte é jornalista da FASE e Joana Barros é doutora em Sociologia pela USP e assessora nacional da FASE

Fazia um calor escaldante de fins de janeiro quando a historiadora Vera Malaguti Batista abriu a porta de sua casa para esta entrevista. Estava sorridente ao mesclar, com toques de ironia, reflexões críticas e uma série de exemplos que ajudam a desvendar as faces mais opressoras e segregadoras da “cidade maravilhosa”. Portanto, nos ajuda a questionar se é tão maravilhosa assim. Ou, para quais grupos é maravilhosa.

Advogando por uma sociedade menos conservadora — abrindo um leque que vai das drogas aos *Black Blocs* — vê saída para a juventude em algo que parece consensual: educação. Mas mesmo aí nos aponta: não fala de qualquer escola.

Autora de livros sobre criminologia, juventude e política de drogas e o modo como os discursos do medo atravessam a história do Rio de Janeiro, Vera ilumina temas tão contemporâneos como as manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013 e os “rolezinhos” promovidos por jovens em shoppings de grandes cidades, nos lembrando das sequelas do nosso passado escravocrata e de uma sociedade que nunca mexeu com o capital, que “continua reinando de uma forma muito solta”, produzindo mais e mais violência.

Acompanhe os principais trechos da nossa conversa a seguir:

Lívia Duarte – Desde junho, vemos movimentos inesperados e o que ouvimos sempre é que a juventude, ou as juventudes, são o protagonista. Você concorda?

Vera Malaguti – Concordo. Eu sou de uma geração de muita militância política, militância de uma vida toda, e as coisas estavam meio paradas. E esse movimento que dispara em junho não era um movimento liderado por esses quadros políticos mais maduros, dessa trajetória. E tinham um formato diferente daquele. Tanto que as pessoas me perguntavam: “e aí, não vai escrever?” E eu dizia: “estou tentando entender”. E ao mesmo tempo, via que era muito próximo, meninos que eu conhecia, meus alunos da UERJ... Eu acho que tinha uma marca juvenil mesmo e com características diferentes. Então eu acho que tem, graças a Deus, um protagonismo juvenil.

Lívia Duarte – Dizer “é um movimento da juventude” não acaba escondendo um corte de classe, ou escondendo o que já existia de movimentos sociais resistindo nos anos 1990, nos 2000?

Vera Malaguti – Eu faço parte desses movimentos sociais dos outros anos, mas acho que esse pessoal não é desses movimentos. Acho que os movimentos estão tentando ir atrás, com certa vagarosidade que lhes é típica. Acho

que a esquerda, de uma forma geral — com isso estou me incluindo — perdeu um pouco a rua. Envelheceu. E não é porque está no poder, acho que estar no poder amadurece, e não envelhece. Também acho que os movimentos sociais tentaram acompanhar... e tinha até algumas características daqueles movimentos de junho das quais eu não gostava, como negar bandeiras. Em certos momentos, pensava “que pessoal é esse?” Mas não fiz declarações do tipo “isso é um movimento fascista”, que acho deploáveis... Cabe a nós, dos movimentos, com uma trajetória de luta, compreender. Pra gente que é de esquerda, movimento na rua é sempre bom, principalmente quando as causas são justas.

Sobre as causas: a esquerda demorou muito para compreender como a questão criminal estava no centro da questão política. Acho que, de certa forma, a esquerda ficou retida em um paradigma de ordem pública do capitalismo e acreditou naquilo. Tenho trabalhado sobre isso, me considero de esquerda, mas tive várias divergências a respeito. Inclusive com relação à política criminal do governo Lula, que de uma forma geral é “mais do mesmo”: polícia isso, polícia aquilo. Não há tentativa de conter o poder punitivo, de conter a polícia. Eu, como não sou ex-petista, sou brizolista (continuo brizolista, saí do PDT), como uma boa populista, reconheço o fato extraordinário que foi botar mais de 30 milhões de pessoas bem

alimentadas. É visível e é coisa pra caramba. Não quero de maneira nenhuma fazer um discurso antigoverno federal, somar com “as direitas” da vida. Eu reconheço a diferença e os méritos que vão ficar na memória do povo brasileiro para sempre. Como foi com Getúlio, que as esquerdas também não



O capital continua reinando de uma forma muito solta, e isso produz violência.

entenderam, ou com o próprio Brizola. Mas, na área criminal — e não é um problema só do PT, é das esquerdas de forma geral — a questão criminal passou para o centro do debate e a esquerda continuou “polícia isso, polícia aquilo”, sem questionar o que seria uma proposta de “ordem” no capitalismo. Há uns dois anos, em um seminário na Venezuela sobre as esquerdas e a Segurança Pública, onde, ao contrário do que eu esperava, esse discurso teve ressonância, classificaram os governos da América Latina como “de maior ou menor fricção com o capital”. E os governos de Lula e da Dilma, aliados da Venezuela eram [classificados como governos] “com menor fricção”. Então, eu esperava [do governo do PT] uma coisa muito mais utópica. O capital continua reinando de uma forma muito solta, e isso produz violência. Se a gente é de esquerda, tem que entender, nem que seja relendo teoria marxista,

que a questão criminal foi entrando para o centro do eixo político. Mas a juventude compreendeu. Acho que esses assuntos, assim como a coisa do “rolezinho”, passaram a ser, de certa forma, na minha interpretação, manifestações contra a lei e a ordem. Até acho que a Dilma fez essa avaliação e o Gilberto Carvalho mais ainda: a truculência policial botou fogo naqueles movimentos que eram mais organizados, como o MPL.

Lívia Duarte – Em junho vimos a polícia sendo extremamente truculenta...

Vera Malaguti – Sendo a polícia... sendo a polícia...

Lívia Duarte – A gente viu a polícia sendo a polícia, e até acho que surpreendeu ver como a polícia é, porque não se via há muito tempo na rua... quero dizer, lembrou à classe média sobre como a polícia é. Bom, crescem discursos contra a violência, os *Black Blocs*, a polícia prende muitos, solta a maioria, mantém o processo judicial. E no final é mais uma vez o menino pobre negro, o que portava uma garrafa de desinfetante, o condenado. E segue preso. Mas não vimos a sociedade gritando tanto por este. O que isso pode dizer sobre essa sociedade que ouvimos dizer ser um “gigante que acordou”?

Vera Malaguti – Eu acho que a garotada é que acordou, ela tem um lampejo, é uma intuição política contra a polícia, que é muito opressora para a juventude. E ao invés de usar “a polícia”, quero falar sobre o “poder punitivo” que tem aí o judiciário, o Ministério Público, até a mídia entraria. O sistema penal ocidental, historicamente, surge com o capitalismo. Os povos originários do Brasil não tinham um sistema penal. E os africanos também não tinham, têm outras práticas para tratar a conflitividade social. O sistema penal nasceu com o capitalismo para botar ordem na classe trabalhadora, controlar o mercado de mão de obra. Por isso, quando eu vejo a esquerda ter a mesma visão da direita sobre lei e ordem, penso: vamos ler o texto de Marx sobre o “furto” de lenha caída, onde ele mostra que enquanto as terras eram comuns, pegar lenha no chão não era crime. Quando a propriedade privada começa a entrar, assiste-se à criminalização do furto de lenha, que antes era para todo mundo.

O sistema penal é auxiliar, é feito para ser seletivo, é feito para prender diferencialmente. Por isso, no nosso grupo de criminologia, a gente odeia a palavra ‘impunidade’. É como se faltasse pena no Brasil, e este é um dos países que mais pune. É que o sistema penal é seletivo, mas tudo é seletivo. Acreditar que existe um sistema penal justo, fazendo justiça!? Na saída da ditadura, a luta era por justiça. Hoje é tudo mediado por pena: punição na questão de gênero, na questão racial ou dos gays. As pessoas estão

querendo delegacia, punição, mais criminalização, sem ter uma visão crítica, histórica, marxista. Estamos num país no qual não se mexeu no capitalismo, que está produzindo cada vez mais violência. Foi o que vi com relação às UPPs: todo mundo aplaudindo. Tinha antes das UPPs seis policiais na Rocinha, ou doze. Agora tem mil. Eu, desde o primeiro momento, escrevi um artigo² e afirmava que pioraria a situação, porque eu não tenho uma polícia teórica na minha cabeça, aquela polícia que está aí batendo na juventude na rua, ela está aí pra bater! Só não matou uns 200 porque é mais caro para a classe média. É para isso, o sistema penal: é para separar. Tem uma frase do Foucault: “o sistema penal foi criado não para conter as ilegalidades, mas para diferenciar as ilegalidades populares”. E aí você vê todo mundo trabalhando com o sistema penal, utopicamente, como se ele fosse o que coloca as coisas em ordem e não um instrumento de opressão. Minha tese de doutorado³ foi sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro e é exatamente sobre essa diferenciação, e o outro livro⁴ que escrevi, foi sobre meninos presos por drogas: trabalhando com mil processos, o de um menino branco de classe média com a mesma quantidade de maconha que o de um pobre negro, a mesma especialista ou psicóloga, ou assistente social, pedagoga ou socióloga, vai dizer “esse menino não deve ficar preso muito tempo, porque isso vai fazer mal pra autoestima dele”, e para o outro diz “não, esse menino tem que ficar aqui para ser reeducado e tal”. Olha a prisão brasileira ou qualquer prisão no mundo: elas estão lotadas dos pobres - ou dos resistentes. A prisão foi concebida historicamente, criada nesse sentido.

Livia Duarte – Sobre a questão dos “rolezinhos”, falamos de racismo ou medo? Estive no “rolezinho” do Plaza Shopping, em Niterói e eram 30 manifestantes, e eu nunca vi tanto medo. Então, onde estamos falando de racismo e onde estamos falando de medo e quanto o medo repercute nessa sensação de insegurança e pedido de punição?

Vera Malaguti – A minha tese de doutorado foi sobre o medo, porque quando eu trabalhei no segundo governo do Brizola, na gestão de Segurança Pública, eu vi que para administrar a Segurança Pública, tem que administrar o medo, que é algo subjetivo. A mídia trabalha com o medo e a direita trabalha com o medo, o tempo todo. Em minha tese, comparei o século XIX e XX e fiquei boquiaberta ao comparar discursos médicos, jurídicos

e da mídia. É o mesmo discurso. É um medo que tem a ver com a questão racial porque tem um fantasma no Rio de Janeiro que é “a favela vai descer”. A favela desce todo dia para passar a roupa da gente, lavar, tomar conta das nossas crianças. Na verdade, as forças de ordem no Rio de Janeiro, desde o século XIX, o que fazem mesmo é tentar conter a movimentação pela cidade. Também na minha pesquisa sobre drogas, apareceu a maneira como os meninos são detidos: “menino foi detido em atitude

suspeita”. O que é atitude suspeita? “Estava jogando bola no Aterro”. Isso é atitude suspeita? Não. Existe uma coisa inconsciente, ou subjetiva, se quisermos dizer, na construção da nossa mentalidade ainda escravocrata que acha que é um perigo a juventude popular se locomovendo. Carlos Magno Nazaré Cerqueira - comandante da PM do Brizola, negro, que foi assassinado -, no primeiro arrastão durante o governo Brizola, disse que aquilo era uma “coreografia”. E você vê os arrastões de agora... Mas agora não pode noticiar, porque para

o Sérgio Cabral [governador do Rio] isso não é bom pros negócios, a mídia só fala alguma coisa, mas tem [arrastão] toda semana. Bem, quando você vai ver, em termos de Segurança Pública, os danos [são pequenos], um cordão furtado, um celular roubado, numa praia que tem muita gente. É muito mais uma intuição transgressora positiva juvenil do tipo “pô, vamos zoar, vamos brincar”. Eu ando por aqui (no Arpoador) e pra mim não é assustador. Mas existe um fantasma na memória escravocrata apartadada, hierarquizante, que diz “meu Deus, eles estão vindo, o Cantagalo vai descer”. Mas o Cantagalo desce todo dia, não é? A rua por onde o pessoal do Cantagalo desce para ir para a praia tem sei lá quantos policiais, fazendo um corredor. É um corredor de controle da movimentação. Outro dia eu vi um menino gritar “não adianta a gente não fazer nada, porque a gente vai ser preso de qualquer jeito”. Às 9h, quando chegam as tropas, é ridículo e preocupante, porque eu penso no dia em que houver alguma coisa e a polícia sair atirando... Tem a Tropa de Choque, tem a CORE⁵, tem a Guarda Municipal... é uma profusão de policiais para segurar os garotos na praia.

Eu acho que se eu fosse o dono de um shopping, faria um desconto na praça de alimentação. Vamos dar flores, o que pode fazer com a garotada aqui? E se a gente fizesse um movimento ao contrário, um movimento receptivo,



As forças de ordem no Rio de Janeiro, desde o século XIX, o que fazem mesmo é tentar conter a movimentação pela cidade.



Arquivo pessoal



Diversidade em protesto
(Marcelo Camargo/ABr)

se estivesse tocando funk na praia? Mas tudo tem sempre esse sentido de reprimir os “capoeiras”. O advogado Renato Tonini escreveu em seu mestrado sobre a repressão aos “capoeiras”. Pega umas leis daquele tempo. É igualzinho ao rolezinho, [para restrição à] movimentação pela cidade. Pereira Passos — cujo nome batiza o Instituto de Estudos da Prefeitura, o IPP — se baseou na reforma do Hausmann [em Paris], que era um antídoto contra as barricadas depois da Revolução Francesa, [quer dizer] “os pobres nos ajudaram até agora, mas vamos controlar os pobres, já que essa revolução é nossa”. Agora, isso vindo para colônia, produz políticas de Segurança Pública que o jurista [Eugenio Raul] Zaffaroni chama de “autocolonização”, como se a gente trouxesse políticas como as da Bélgica no Congo Belga, ou de Portugal em Angola e Moçambique, onde o inimigo é o nosso próprio povo.

Acho que a movimentação sem controle da juventude pelas ruas foi uma coisa muito bonita em junho, inclusive os *Black Blocs*. Eu acho que restringir os *Black Blocs* é muito careta pra ser de esquerda. Onde a esquerda vai acabar, se tiver horror de *Black Bloc*? Quando teve a manifestação dos professores, tinha gente da minha idade, que já é avô, apanhando da polícia. Aí chegaram os *Black Blocs*, e eu fico arrepiada [ao lembrar], : “Pô, chegaram os *Black Blocs*, não é o Bope, não é o CORE, são os *Black Blocs*, são os meninos”. Os professores saudaram. Mas sempre tem aquele limite: “desde que não seja baderna”... Aliás, ‘baderna’ é uma palavrinha marcada. No Golpe de 1964 — que está fazendo 50 anos — ‘baderna’, era “a” palavra, ‘vândalos’...

Eu acho que a garotada, quando viu a truculência policial é que se levantou. Porque o Movimento Passe Livre, os movimentos sociais, se afastaram muito dessas lutas populares contra a polícia, com medo. Eu já tive esse embate com vários companheiros. Por exemplo, defender a

morte de quem é do tráfico. Então dizem “não, mas aí é bandido...”. Olhar um moleque que faz um “movimentozinho” — eu nem uso a palavra ‘traficante’, uso ‘comerciante varejista de drogas’ — como o inimigo... Isso é uma questão política, mas a esquerda entrou num discurso liberal. Não sei explicar o que aconteceu, a esquerda se paralisou, não conseguiu dar um passo à frente. Por exemplo, a política criminal de drogas do governo Lula — já defendi as coisas boas do governo Lula — mas a lei de drogas era criminalizar mais o tráfico e descriminalizar o consumo. Eu digo: isso é perverso, a ponta pobre é a ponta do tráfico. Além de ser esquizofrênico, porque você pode fumar, mas o garoto não pode vender a substância? E aí o que aconteceu: essa lei produziu um aumento de presos. A situação carcerária é responsabilidade do judiciário, do legislativo e da política criminal de drogas que aumentou a população carcerária em 40%.



Marcha da Maconha
(José Cruz/ABr)

Lívia Duarte – Agora o estado do Colorado [EUA] e o Uruguai regulamentam o uso recreativo de maconha. Será que isso vai significar alguma coisa no Brasil, quando esse tema é um tabu?

Vera Malaguti – O Brasil ficou tão idiota nesse assunto, tão imbecil na questão criminal! Eu defendo a descriminalização de todas as drogas há muito tempo: produção, comercialização e consumo. Tenho um filho que diz que é teoria da conspiração, mas há 20 anos que eu digo isso: os EUA é que implantou essa política criminal de drogas. Ela entra no Brasil no governo Médici, quando aqui não havia um problema de saúde pública — e continua sendo um traço [estatístico] em termos de saúde pública. O álcool afeta muito mais, ou o tabagismo, que já diminuiu sem ser pelo proibicionismo — sempre disse isso, os EUA vai liberar, porque isso era uma coisa muito mais geopolítica

do que uma luta pela saúde pública. É ingênuo acreditar na política criminal de drogas que dizia “o mal estava nas favelas, no tráfico” e todas as suas decorrências, enquanto vivemos numa sociedade que se droga intensamente com Rivotril, Prozac e todo esse lixo da indústria farmacológica. E toda guerra movimentou e matou milhares, o quanto se gastou com armamento! Tudo para lutar contra três substâncias inertes: a planta da maconha, a planta da coca e a papoula. Então eu, na minha teoria da conspiração, sempre dizia que o dia que os EUA tiver o controle da produção, vai liberar. Quem é o maior produtor de maconha do mundo? Os EUA.

Outro dia tinha um velhinho professor de Harvard na Folha de São Paulo: uma página inteira, dizendo que a maconha era boa pra isso, pra aquilo, dizendo que fuma há 40 anos. A repórter pergunta “mas não faz mal para memória?” e ele responde: “minha filha, eu estou te falando que eu fumo há 40 anos, tenho 86, estou aqui conversando com você”. [Começa a surgir na imprensa espaço para um discurso menos conservador], mas aí vem a seletividade do sistema penal: desde que não seja uma coisa dominada por pobres! “Se você plantar a sua própria plantinha, se for sustentável e tal, pode.” Agora se for a boca do Galo ou qualquer capital que se movimenta sem o controle do capital financeiro, seja na Colômbia, seja no Peru, não pode. A esquerda não sacou e já perdeu um pouquinho o bonde, mas está lá Dom Pepe⁶ heroico... Prefiro que meus filhos fumem maconha do que assistam a “Malhação”.

Lívia Duarte – Voltando às manifestações e “rolezinhos”, tem uma diferença interessante, levando em consideração a construção de um determinado tipo de cidade. Querida que você falasse sobre isso, porque é muito marcante que exista uma série de manifestações que ocupam a rua, o espaço público, e em seguida outras de ocupação do espaço privado.

Vera Malaguti – O shopping é uma espécie de território sagrado da urbanização neoliberal. Nos anos 2000, houve uma manifestação do MTST no shopping Rio Sul, uma manifestação pacífica: eles sentam, comem sanduíche com mortadela. E aí saiu uma matéria no Jornal do Brasil. A jornalista pergunta às pessoas “o que eles estão fazendo aqui?” [Respondem] “Isso aqui não é o lugar deles”, “chegou um pessoal com um cabelo estranho”. Porque o shopping tem a encarnação da paz neoliberal. Shopping é lugar sagrado, porque é o lugar do consumo. Você sabe que tem cidades, em termos de políticas urbanas, como Nova York e Paris, que não têm shopping, porque elas estimulam [o estar na] rua. E o shopping não é a cidade, o shopping é uma suspensão da realidade, uma sociabilidade restrita, seletiva, ordenada. Os meninos do “rolezinho” não tinham ideia disso. Mas olha como a juventude é maravilhosa: uma matéria no Fantástico que era pra queimar o “rolezinho”, mostrando que eles eram consu-

mistas, mostrando como seria despolitizado... acabou por mostrar a potência dos jovens de mexer com tudo - mexeu com a sacrossanta paz de classe do shopping. Você está no shopping, não quer ver um monte de garoto negro e pobre zoando como se tivesse na rua tarde [da noite]! O shopping é “o nosso lugar”, ali é onde eu tenho paz! Isso mexe com um tipo de sociabilidade, de políticas urbanas apartadoras. O shopping é a nova praça pública, onde, ao invés de ver árvores, você vê produtos de consumo. [O “rolezinho”] mexeu não só por ser o shopping um local privado, mas por ser esse território sagrado do capitalismo contemporâneo.

Joana Barros – E sem conflitos.

Vera Malaguti – Exatamente, sem conflitos, porque ali só tem iguais.

Joana Barros – Você fala muito de duas coisas: da contenção do fluxo dos pobres, dos trabalhadores pela cidade, e ao mesmo tempo, nos seus textos sobre as UPPs, você fala dessa imobilização do território. Essas duas coisas estão juntas, estão dentro de um mesmo projeto para cidade do Rio de Janeiro? Como elas se relacionam?

Vera Malaguti – Eu curti muito ler de novo Milton Santos, porque ele fala muito dos fluxos, das densidades, da concentração de serviços, da velocidade dos pobres... O Milton Santos falava que os pobres são mais velozes. E o atual projeto da cidade do Rio de Janeiro como um todo é muito parecido com o projeto da cidade escravocrata, que é confinar os pobres nos territórios e controlar os fluxos de movimentação. Essa seria, vamos dizer, a Política de Segurança. Imagina o Rio de Janeiro: entre 1830 e 1850, foi o período em que o tráfico de escravos foi proibido, e foi aí que veio mais tráfico de escravos. O Rio de Janeiro chegou a ser a maior cidade africana do mundo. Então imagina colocar ordem numa cidade onde a maioria é branca. É óbvio que os brancos vão ter medo, porque a escravidão era uma prática bárbara, violenta, tudo de ruim. Hoje é a mesma concepção. Gizlene Neder escreve sobre isso, essa concepção de confinamento no território, “ali é o lugar deles”. Não pode estar no shopping, nem no Arpoador, nem na praia. O que se invoca quando tem um arrastão é que tem que fazer uma coisa para eles lá. Lá, onde? No lugar deles. Então o implícito que tem nesse discurso é que a cidade não é para todos, é para separar por território. O Leblon é um símbolo, não é à toa que os garotos foram manifestar-se no Leblon, porque virou um símbolo dessa sociabilidade apartada do Rio de Janeiro. Sempre a graça do Rio de Janeiro é que a gente foi misturado - diferente de São Paulo. Mas esses últimos anos estão mexendo um pouco com isso através das políticas de UPP, de gentrificação.



Polícia é política
(Thomaz Silva/ABr)

Eu acho que no caso do Rio de Janeiro tem uma bronca contida, um discurso assim: “O Rio de Janeiro tá maravilhoso, nunca foi tão bom, nunca teve tantos investimentos”. Mas esse discurso midiático já não está colando. Temos um colapso total do sistema de transporte, sistema de luz, sistema de água, remoção de pobre, você não tem uma política habitacional. Agora existe um contingente de policiais e não se sabe o que fazer com isso tudo depois. E é engraçado, porque as pessoas dizem “não, mas é bom UPP”. Mas com qual polícia acham que isso vai se manter? É polícia de onde? No réveillon, eu nem vou na rua, porque fico com muita raiva: é cercadinho vip na areia, pobre não pode vender cerveja. Essas políticas geram “um troço” preso na garganta, que quando soltar... está soltando... a situação no Rio de segurança pública é muito complicada hoje. E como a garotada é o principal alvo da polícia, tem uma revolta. Acho que os movimentos sociais ainda não compreenderam que o que é criminalizado pode ser uma coisa interessante para a esquerda, que a gente podia olhar com outro olhar. Ou não. Mas pelo menos para pra pensar.

Lívia Duarte – Além de confinamento por regiões na cidade, tem um crescimento enorme da população carcerária. Você acha que é uma espécie de política de habitação, política para a juventude?

Vera Malaguti - O [criminalista] Nilo Batista já disse isso: que a maior política habitacional do Brasil, onde mais se investe, é em prisão. Eu acho que é o modo contemporâneo de gerir a pobreza, que veio para o Brasil de uma forma acrítica e se manteve nos governos do PT, até piorando com a política criminal de drogas, separando o tráfico do consumo. O Loïc Waquant tem um artigo que chama “A simbiose mortal entre o gueto e a prisão”, e tem uma antropóloga portuguesa chamada Manuela Carneiro da Cunha, que tem um livro muito interessante sobre isto [Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África]. Ela estuda Portugal - que fez a liberação do consumo de maconha, mas o tráfico é proibido e quem faz o tráfico são os africanos pobres. Então, por exemplo, a polícia chega numa casa de africanos e tem maconha naquela casa. Todo mundo que está na casa é preso. Então acaba que as redes sociais se reproduzem em redes familiares na prisão e nós agora estamos vivendo um fenô-

meno de confinamento. O preso era o que ficava dentro, mas agora, o “dentro” está tão grande... São Paulo tem a maior população carcerária do Brasil. Eu fui há pouco para São Paulo na qualificação de doutorado do Rafael Godoy sobre o PCC. O PCC nasceu pra garantir os direitos dos presos. Todos os líderes e chefões entram no sistema por pequenos delitos, mas hoje a força que têm é enorme... eles têm empresa de van pra levar gente pra ir visitar... O “fora” não tem mais como fazer, porque o “dentro” [ficou grande demais]. Antigamente dizíamos que a prisão neoliberal é de neutralização, porque é de emparedamento: o cara fica lá e nunca mais sai. Mas não é assim, porque óbvio, emparedar três, quatro, você pode. Agora 580 mil? Cada um desses presos tem quatro familiares, tem as pessoas que trabalham na prisão... Em São Paulo, se você olhar o número de agentes penitenciários que começam a fazer parte dessa economia! Eu tive formação marxista, então também olho isso de uma forma econômica. E aí aparece um discurso moral perverso, mas, na verdade, a prisão e o fora da prisão estão embolados com as áreas pobres, e invadindo as áreas ricas. São Paulo é explosão de caixa eletrônico, arrastão em restaurante chique, não tem como...

Então eu acho que a gente precisava [mudar a legislação criminal]. Pelo menos o pensamento crítico, de esquerda. Quando eu digo ‘de esquerda’, eu faço um leque enorme de toda a esquerda, — do comunista ao anarquista, eu digo assim “*ser gauche na vida*”, tem aquelas pessoas que nem sabem que são de esquerda, mas têm uma visão crítica sobre o capitalismo, sobre o capital. Eu acho que a gente tinha que mudar isso, mudar a legislação criminal. Temos que soltar mais e prender menos, mudar a política criminal de drogas. Um menino que furta um celular deve ser preso primariamente? O grande escândalo é o número de presos provisórios. No Maranhão é mais de metade, quer dizer, o cara não está condenado, ele está preso irregularmente. Mas o judiciário faz uso da prisão provisória o tempo todo e o noticiário acentua a periculosidade. Pra tudo tem que prender, a solução para tudo é penal. A gente incorporou demais aquilo que o Loïc Waquant chama de discurso central do capitalismo, que é punir os pobres. Cerca de 40% dos presos brasileiros estão em prisão provisória, são pobres e negros. Presos com pequenas quantidades de droga, sem arma, presos por furto sem violência. Então, no mundo, há juristas famosos dizendo que crime sem violência não precisa de prisão. Há toda uma discussão teórica, não vou entrar nela, sobre o confisco da vítima. Por exemplo, tem uma determinada senhora. Um garoto vem e pega o celular dela. Ele é preso, a polícia pega o celular e a mulher nunca mais vai receber o celular de volta e o menino vai ficar preso por anos a fio. Então é uma coisa meio kafkiana, o processo penal, porque o que a mulher quer é o celular de volta, não que o garoto apanhe, seja preso ou morto. Mas os nossos deleites escravocratas...

Joana Barros - Você falou da pesquisa do Rafael Godoy. Tem um campo de debate em torno dessa nova sociabilidade formada pelo crime, tentando matizar essa figura do “monstro” que a gente construiu, dizendo que de fato, a erosão da política traz outras coisas - umas delas é esse proceder, essa forma de negociar que o tráfico impõe. Mas, por outro lado, esses caras estão articulados de alguma maneira com o capital.

Vera Malaguti – Sim, todos estamos, de alguma maneira...

Joana Barros - Sim, todos estamos. Volto sempre para o cartaz “Seja marginal, seja herói”. Ele tem, de alguma maneira, uma aura revolucionária, de quebrar os limites do sistema, se opor a uma ordem mais geral. Quando olho hoje o PCC e essa juventude que, de alguma forma, também está presa em um tipo de sociabilidade violenta e que não tem perspectiva, a aura some. Como é que você vê esse encantamento pelo mundo do crime?

Vera Malaguti – Eu acho que o encantamento não é pelo mundo do crime, é pelo consumo. O mundo do crime é o caminho para o consumo. Será que a juventude popular, essa parcela da população que o Lula de certa forma trouxe para outro patamar, vai ser consciente de classe - no sentido que a gente entendia? O “rolezinho” não tinha nenhuma pretensão política, como o arrastão. Mas é político, porque afronta os limites da movimentação, acho que tem uma intuição. Agora, se não tem ninguém no cenário político que ofereça para esse menino um discurso onde ele entre, onde ele não seja repreendido, criminalizado, esculachado, preso; restam a ele aquelas redes, porque todo mundo está no capital. Igual quando o pessoal fala da guerrilha na Colômbia com a coca, e eu falo: quem não tá com a coca na Colômbia? Todas as forças econômicas, de uma certa forma: engenharia, construção civil.... Não existe este discurso, porque o discurso da esquerda ou da direita deixa eles num lugar ruim.

Por exemplo, o governo de São Paulo tem que negociar com o PCC todos os dias. Mas não pode dizer que negocia, porque a coisa ficou tão demonizada que “não posso conversar com ‘o coisa ruim’, com ‘o capeta’”. Enquanto você podia dizer “é claro que converso, estou conversando com a liderança da população carcerária que no Brasil chega a 580 mil pessoas”.

Acredito que não tivemos nenhuma escola que mudasse ou transformasse isso. Para mim, o lugar de protagonismo dessa potência juvenil é a escola. A escola não está à altura da juventude que a gente tem. A gente devia estar investindo: o Darcy Ribeiro falava da necessidade de uma “pajelança”. O CIEP⁷ eu até acho que é de outro tempo, mas o CIEP foi fruto de um imenso desejo, utopia, da saída da ditadura, que incluía os professores e então surgiu uma escola que era laica, de tempo integral, pública, que

queria ser uma escola de qualidade, que era um projeto para infância e para juventude - que foi destruído e desvalorizado nessas décadas perdidas. Eu acho que a gente precisava inventar um outro projeto assim, que fosse um projeto mobilizador de energias de professores. Professor é um categoria tão maravilhosa para se lidar. “Ah, o professor hoje tem medo do aluno, porque o tráfico...” - as conversas são todas em torno do simulacro da criminalização, e não o que tem por trás da criminalização.

Livia Duarte – E tirar o jovem do tráfico, vai dançar balé...

Vera Malaguti - Exatamente! Olha que bonito! (irônica) Mas a menina não vai ser primeira bailarina... Então tem essa coisa: eles têm que fazer esporte para não entrar no tráfico, porque a natureza dele é ser bandido. Ou quem sabe ensinar a menina a fazer nossa unha! Porque ainda tem isso: os mesmos trabalhos que são criminalizados. Mas não é assim, vamos fazer uma escola pública que coloque esse garoto para ser piloto de jato, vai ser neurocirurgião, primeira bailarina, *spalla* da orquestra? Não... eu acho que CIEP já foi, e a graça do CIEP, além do Darcy, do Brizola e do Niemayer, era a energia do encontro de mentes, era mexer com o professorado, juntar todas as energias de um Estado para conseguir ter dinheiro pra montar uma escola e a garotada vai ter isso, vai ter animador cultural... Não é para repetir, mas eu não vejo nada assim acontecendo no Brasil. A gente está interpretando assim: depois que os garotos quebraram tudo... eu já acho que é positiva a tomada das ruas por eles, se eu não entendi direito, eu estou procurando entender. Mas eu acho positivo tudo, *Black Bloc*, tudo, tudo, tudo⁸...



Notas e referências bibliográficas

² BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. Revista Justiça e Sistema Criminal, v. 3, p. 103-125, 2011.

³ BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁴ BATISTA, Vera Malaguti. Díficeis ganhos fáceis - drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Ed. Freitas Bastos, 1998.

⁵ A Coordenadoria de Recursos Especiais é uma unidade especial da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

⁶ José Pepe Mujica, presidente do Uruguai, recentemente (dezembro de 2013) promulgou lei que regulamenta a produção e o consumo da maconha.

⁷ Centro Integrado de Educação Pública (CIEP): modelo de escola pública idealizado por Darcy Ribeiro com regime de horário integral implementado durante o primeiro governo Brizola (1983 – 1986).

⁸ Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2013.



"Chacina da Maré" - mobilização não sofreu com repressão que costuma ser a regra na comunidade (Tomaz Silva/ABr)

“Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão”: uma descrição não distanciada das manifestações políticas de junho e julho de 2013 no Rio de Janeiro*

Anelise dos Santos Gutterres¹

¹Anelise Gutterres é antropóloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Trabalho, Estudos Biográficos e de Trajetórias (NuAT)/PPGAS/MN.

* Este texto é uma versão adaptada e atualizada de outro texto, publicado em *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 360-382, jul./dez. 2013 <http://seer.ufrgs.br/illuminuras/article/viewFile/42307/26708>

De 3 a 30 de junho de 2013, as ruas do Rio de Janeiro foram tomadas em sucessivas manifestações pela redução da passagem de ônibus. No dia 6, esses atos foram unificados sob a chamada “Ato Nacional Contra o Aumento da Passagem”.

Iniciada em 15 de junho, a Copa das Confederações disparou a contagem regressiva para a Copa do Mundo FIFA 2014, colocando em prática as leis de segurança para a região de entorno dos estádios que, excessivamente reformados, foram reinaugurados para o evento em seis das doze cidades-sede do mundial. Em repúdio ao evento – principalmente em protesto às remoções de moradias para a realização das obras exigidas nos contratos entre a FIFA e o Estado brasileiro – foi planejada uma “Jornada de Lutas” pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que transcorreu concomitantemente à Copa das Confederações, na maioria das doze cidades sede.

O volume de pessoas nas ruas em junho provocou comparações com experiências passadas de protestos e manifestações no país, levando, no dia 20, mais de um milhão de pessoas às ruas. No interior desses atos, as reivindicações se desdobraram das iniciais – que questionavam as remoções para as obras da Copa e eram contra o aumento da passagem – e foram se tornando igualmente

numerosas. Cartazes traziam frases escritas à mão com tintas e canetas coloridas e que, levantadas pelos braços dos manifestantes, exigiam: o fim da corrupção, o fim da violência; eram contra a PEC 33 e a PEC 37; pediam a saída de governantes e de alguns representantes eleitos; clamavam pela paz e declaravam seu amor à pátria. Apesar de específicas e pouco unificadas, essas reivindicações sugeriam moralidades de caráter nacionalista e esse sentimento nutriu demandas locais e fez com que cidades muito pequenas também organizassem protestos nesse período.

“A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”²

Desde o primeiro ato unificado de junho, uma reação à violenta repressão da polícia aos manifestantes foi concomitantemente sendo criada: nas redes sociais, nas ruas, nas mídias alternativas e até na mídia dos grandes grupos – menos nas instâncias do Estado, onde a violência policial, com algumas exceções, foi ignorada. A repressão da polícia aos manifestantes que participaram do ato do dia 06 – convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo – fez com que os jornais de grande circulação destacassem a conduta violenta dos policiais militares;

o descontrole dos efetivos nas ruas diante das manifestações; e o uso indiscriminado dos seus artefatos de repressão “não letais”: balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de “efeito moral”, gás de pimenta.

Com violência e sarcasmo, os policiais reprimiram o “inimigo”, que em alguns casos, não era só os manifestantes, mas qualquer um que circulasse pelas ruas desses centros no momento dos atos. Muitas capas de jornal tentaram culpar os agredidos, chamando-os de vândalos, de arruaceiros e de baderneiros. Como a repressão policial não diminuiu e as manifestações e o volume de pessoas nelas aumentou - com jornalistas e “pessoas de bem” na lista dos agredidos - os jornais e telejornais dos grandes grupos de mídia justificaram a violência da polícia pela presença de “pequenos grupos de vândalos”; bandidos que estavam manchando a história dos protestos pacíficos brasileiros com sua agressividade e violência.

Investindo na polarização desses grupos, a grande mídia buscou criminalizar um lado a fim de neutralizar o outro. E ela fez isso sensibilizando um terceiro grupo - formado por observadores distantes que seguiam as manifestações através dos jornais e da TV. A polarização provocada pelos grandes grupos de mídia sugeria que este terceiro grupo escolhesse um “lado”. Esta estratégia não era, no entanto, nenhuma novidade (Viana, 2013)³. Olhando para a história dessas grandes redes, víamos que ela era usada há muito tempo para justificar as ações da polícia na favela, polarizando: os vilões contra os policiais como heróis. No caso dos eventos de junho e julho, a polarização privou o leitor de uma reflexão mais profunda sobre a marginalidade e sobre a política, ajudando a justificar a violência usada pelo Estado contra um grupo e, em outras palavras, contra as manifestações.

Na manifestação do dia 17 de junho, a maior parte das cerca de 100 mil pessoas que participaram permaneceu no ponto final do ato, na Cinelândia, até a dispersão que ainda transcorreria por mais duas horas. Alguns grupos gritavam, reativos e em coro: “sem violência” e “sem vandalismo” quando alguma situação de tensão ocorria nos atos, geralmente provocada por policiais infiltrados. Havia um histórico de ataques da polícia aos manifestantes, e também um grande medo dos “pacíficos” da depredação do “patrimônio público” causada pela violência dos outros, os “vândalos”. Alguns dos ataques (a lojas, bancos e prédios) desses dias foram realizados pelos infiltrados (policiais ou seus parceiros), como ficou evidente nas análises dos corpos, figurados nas imagens produzidas pela mídia; a maioria, no entanto, foi realizada pelos “mascarados vestidos de preto”, integrantes do Black Bloc, que, a partir dessa manifestação, intensificaram suas ações ideológicas nos atos. Só quem conseguia perceber os infiltrados e reconhecê-los como diferentes era o grupo dos “vândalos”; que, por sua marginalidade, não tinha voz reconhecida pela maior parte do Estado e pela maior

parte da sociedade civil, que altamente sugestionada por todo o material feito pelos grandes grupos de comunicação, se autodenominava “pacífica”.

Os eventos do dia 17 - a criminalização das manifestações pela grande mídia, a ação de policiais infiltrados e de outros que utilizaram armas letais contra os manifestantes - revoltaram os “vândalos”, que foram se definindo melhor como grupo e ganhando novos integrantes a partir desse dia. Eu estava entre esses novos integrantes, que preferimos nos autodefinir como “vândalos”, para questionar a comparação com “os pacíficos” feita pelos grandes veículos de comunicação (Favret-Saada, 2005)⁴.

Na quinta-feira, o decreto assinado pelo prefeito do Rio de Janeiro, que estabeleceu feriado para o dia 20 de junho, pareceu ter impulsionado o resto: 1 milhão de pessoas ocuparam a Avenida Presidente Vargas, uma das principais do Centro. Eu carregava no pescoço um lenço grande e meu par de óculos próprios para prática da natação, pois julgava que eles pudessem me proteger das balas e dos gases. Pelas imagens que eu havia visto e pelas experiências das outras manifestações, não havia dúvida de que a polícia mirava as armas não letais diretamente - e com pouca distância - no rosto das pessoas.

Havia quem cantasse o hino nacional, quem andasse enrolado na bandeira do Brasil; quem exibisse as cores verde e amarelo na face; quem carregasse flores e vestisse



Manifestações mobilizam ruas desde junho 2013

Marcelo Camargo / ABR

branco dos pés à cabeça; havia os alegres (quase carnavalescos); aqueles que estavam nas ruas pela primeira vez; havia crianças; jovens, idosos; havia os partidos, os movimentos sociais.

Quando passamos da Praça Onze, entramos subitamente em uma região mais escurificada. Ali a avenida mudava de três para duas pistas, divididas por um canal. Atrás de nós, um grande grupo de homens grandes - alguns gordos, outros musculosos - riam alto e ameaçavam a todos, falando que o terror começaria a qualquer momento. Vestidos com calças jeans e camisetas de algodão justas ao corpo, nos assustaram com o som de uma arma de choque que um deles levava na mão. Logo percebemos que eram policiais infiltrados. Com receio da ação deles, subimos na calçada, tentando nos proteger. Como se segurassem cachorros nas coleiras, andavam atrás de uma turma de moleques que, com camisetas pretas cobrindo o rosto, obedeciam a algumas palavras de ordem. Uma delas foi acionada logo depois que ouvimos o som da arma. Em meio a risadas, um dos homens gritou "corre! Corre!", seguido de "olha o ladrão aí", "pega o vagabundo"; e imediatamente esses moleques correram, serpenteando entre manifestantes. À medida que íamos perdendo-os de vista, víamos o desespero que eles produziam entre a massa de pessoas depois de cruzarem por ela. Os policiais tinham se apropriado da "estética *Black Bloc*" para

gerar tumulto e violência nas manifestações sem que fossem descobertos. A julgar pela aparência dos meninos, aliada à polarização feita pela mídia, para os manifestantes de primeira viagem não restaria dúvida: eram "os *Black Bloc*", vândalos, arruaceiros e ladrões. Após esse episódio, apenas eu e outro rapaz decidimos permanecer na manifestação. Tentamos andar até o ponto final da marcha, que se propunha a ir até a prefeitura, mas fomos impedidos por uma massa de pessoas que corria assustada em nossa direção, reclamando do efeito do gás e da violência da polícia. Tentamos ainda insistir, mas logo as bombas de efeito moral jogaram as pessoas em nossa direção, nos obrigando a recuar até a rua mais próxima. O ar ardia os olhos e a garganta e o som das bombas ecoava de todos os lados. Uma moradora do Morro da Providência que não tinha ido conosco à manifestação me relatou dias depois que sentira o gás caindo dos helicópteros e que nesse dia teve a sensação de que seu rosto ia "derreter".

Eu e esse companheiro segurávamos nos postes de luz para não sermos levados pela multidão. Gritávamos para que as pessoas não corressem, mas o sentimento de pânico - misturado ao gás de pimenta - já começara a circular. Ainda andamos um pouco mais pela avenida e não eram poucos os que ainda caminhavam em direção à prefeitura sem sequer imaginar a repressão que encontrariam ao se aproximar de lá. Contra o fluxo, dispersamos em direção ao bairro da Lapa. E junto a outras centenas de pessoas, passamos por bares cheios de gente. Nas televisões, as manifestações tinham substituído as imagens dos jogos da Copa das Confederações que ocorriam naquele mesmo horário no Maracanã. Era tudo muito novo para o "país do futebol".

Às 22h, as ruas da Lapa foram transformadas em cenário para um "toque de recolher" que fechou todos os bares, tirou as pessoas das ruas e criminalizou quem ousasse permanecer nelas. "Caveirões", dezenas de veículos - do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil - passaram com policiais sentados na parte de trás em posição de mira: eles portavam armas e apontavam - com sarcasmo - para qualquer coisa que se movesse. As pessoas foram varridas por uma nuvem de fumaça vinda das dezenas de bombas de gás lacrimogêneo que tornavam o ar irrespirável. Assustadas, muitas delas sentiram nesse dia, pela primeira vez, que a polícia não estava ali para defendê-las.

"Aqui é proibido viver, quanto mais se manifestar"

No dia 24 de junho de 2013 - um dia antes de um ato que moveu cerca de duas mil pessoas da Rocinha até a casa do governador Sérgio Cabral, no Leblon - ocorreu uma manifestação no Centro do Rio de Janeiro e uma no Bairro de

Tomaz Silva/ABR

Marcelo Camargo / ABR

Bonsucesso. No centro, da sala de um prédio na Avenida Rio Branco, podíamos escutar as palavras de ordem dos manifestantes. Menos numerosos em relação aos atos da semana anterior, ainda assim suas vozes ecoavam entre as vidraças dos prédios e subiam até nós. Paradigmática, essa era a primeira manifestação no centro que ocorria após a decisão do MPL de suspender temporariamente os convites para os atos.

Estivera mais cedo comigo, nessa mesma sala, um fotógrafo do coletivo Imagens do Povo, que não pode ficar até o final da reunião, pois tinha um compromisso na sede de uma organização na Maré (conjunto que agrega cerca de 15 favelas diferentes, e onde vivem mais de 132 mil pessoas, na região entre a Baía de Guanabara e a Avenida Brasil). Às cerca de 21h, saio da reunião e sigo a pé pela Avenida Rio Branco, no Centro. Ao chegar em casa, ingresso no Facebook para acompanhar as notícias da noite e vejo um relato desse fotógrafo. Ele descrevia o som dos tiros que escutava do interior do prédio da ONG onde ele estava com um grupo - segundo sua descrição - totalmente impossibilitado de sair. Em meia hora já havia mais relatos de moradores e de pessoas que tinham passado pela região e descreviam o que tinham visto. Elas relataram a grandiosidade do tiroteio; o número de bombas nos bairros da Penha e Bonsucesso e o cerco do "caveirão" nas ruas da favela Nova Holanda. Nos jornais, já se falava em mortos e um deles as atribuiu à ação do BOPE, que invadiu a comunidade naquela noite, em busca de bandidos. Segundo o jornal, os criminosos teriam promovido um "arrastão" na Avenida Brasil, que gerou um confronto com policiais, o que teria culminado na morte de um sargento. A reportagem destacava o número de mortos e feridos, entre bandidos e moradores.

Durante o dia 25, o comércio e as escolas ficaram fechados na Maré. A ação policial, que contou com a Força Nacional, seguiu durante toda a manhã - agindo violentamente, conforme os relatos dos moradores. No dia seguinte ao que nas redes sociais já estava sendo chamado de dia da "Chacina da Maré", os nomes das vítimas da operação foram divulgados: dez mortos - todos homens entre 16 e 46 anos. A divulgação foi feita através de um convite pelo Facebook, assinado pelas associações de moradores, organizações não-governamentais e coletivos que atuam na região para uma manifestação na Avenida Brasil, marcada para o dia 2 de julho, em memória dos mortos do dia 24 e 25. A manifestação foi chamada de "Ato ecumênico em memória dos mortos da Maré - Estado que mata, nunca mais!". No convite havia reivindicações já listadas por uma nota pública construída pelos coletivos que organizaram o Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos. O conteúdo da nota foi de repúdio à ocupação e à ação policial na Maré; à criminalização dos moradores de favelas e de seu território; à segregação histórica das populações de favela - negras/os e pobres - na cidade do Rio de Janeiro; e à criminalização de todas

as manifestações. Ainda criticava e responsabilizava o Governador do Estado e o secretário de Segurança Pública⁹ pelas ações policiais nas favelas, solicitando um esclarecimento público diante do ocorrido.

A tarde do dia 2 de julho foi chuvosa e fria, no entanto, o evento reuniu cerca de 2 mil pessoas (os jornais divulgaram 5 mil) e teve apenas um conflito público: o repúdio dos manifestantes à presença da equipe de reportagem do RJTV. A quantidade de pessoas e a ausência de repressão policial à manifestação foram novidade para os moradores, para os militantes e para comunicadores populares que atuam na região há algum tempo. Ao longo dos anos, foram numerosos os casos de mortes em consequência de balas vindas de armas de policiais, atiradas a esmo pelas ruas, casas e comércios das favelas; ou de execuções diretas. Em pelo menos cinco destes casos, os moradores saíram em direção à Avenida Brasil, marchando em protesto. As manifestações na Maré sempre foram reprimidas com bombas, batilhão de choque e, em algumas, foi relatado o uso de munição letal. No caso do convocado para o dia 2, após um breve período em que a Avenida Brasil foi temporariamente e inteiramente

interditada, apenas uma pista permaneceu sem carros para a realização do ato. Caminhonetes da polícia - atravessadas na via ou nas calçadas - eram vistas ao longo do trecho, que foi cercado por dezenas de policiais, muitos deles armados com fuzis.

Cartazes pretos lembravam os mortos pela ação do BOPE, com o nome e a idade das vítimas; muitas crianças e jovens participavam do ato, algumas segurando cartazes que pediam o fim da Polícia Militar. Seguindo um cronograma que pareceu pouco maleável, a organização decidiu que o ato permaneceria parado, portanto, não iríamos de uma passarela a outra - como chegara a ser cogitado anteriormente. O trio elétrico instalado na altura da passarela 9 recebeu ao microfone o ator Paulo Betti, MC Leo do APAFUNK, representantes da ONG e o impactante relato de uma mãe cujo filho foi vítima da violência policial. Ela foi a única a promover uma crítica direta à ação da polícia nas favelas, portanto, mais coerente com o convite



Tomaz Silva/ABr

O prefeito do Rio Eduardo Paes e o governador Sérgio Cabral viram alvo de protestos

feito para o evento. Nas redes sociais, alguns moradores e militantes reclamaram do caráter institucional do ato, que preferiu investir o tempo na execução do hino e em orações, impedindo que moradores subissem ao microfone. Por volta das 19h, os organizadores que vestiam a camiseta preta com a frase “Estado que mata, nunca mais!” foram rápidos em afugentar quem ainda estava na avenida, sinalizando para o término do ato. Eles passaram dizendo que tínhamos que liberar a pista para os carros e rapidamente nos direcionaram para a calçada e para a dispersão.

“UPP nos olhos dos outros é colírio”

Em julho de 2013, o governador Sérgio Cabral voltou a declarar que a Maré seria a próxima região a receber

uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), conforme já havia anunciado em maio. Dessa vez, ao manifestar-se sobre a instalação, ele assumiu que existiriam problemas na UPP, no entanto concluiu dizendo que se tratavam de casos isolados. No dia 14 de julho, o ajudante de pedreiro Amarildo de Sousa desapareceu dentro de uma unidade da UPP na Favela da Rocinha - um caso que ganhou projeção internacional e tornou mais evidente a crise desse “modelo” de segurança na cidade. O caso segue sem solução -

provavelmente porque é apurado pela própria polícia - e o corpo de Amarildo provavelmente nunca será encontrado. Sob a moralidade branca da pacificação, a polícia da UPP seguiu executando ou reprimindo violentamente moradores, porque teve a mesma formação militar dos seus colegas que não integravam as unidades. A postura do governo de tratar os problemas como “casos isolados” suprimia outro debate, que depois de junho não sairia mais das ruas: a extinção da polícia militar.

Ao invés de escutar o que foi dito nas ruas, de avaliar os inúmeros inquéritos e processos contra a ação abusiva de policiais ao longo dos últimos anos nas favelas, antes e depois da instalação das UPPs; ao invés de utilizar a produção de diversos pesquisadores dedicados e financiados pelo governo para pensarem sobre o tema da violência e da segurança pública, o governador insistiu no mesmo programa como alternativa para a segurança da população. Os manifestantes reagiram, e além do fim da

polícia, queriam também a renúncia do governante. “Fora Cabral” foi a nova palavra de ordem nas ruas das favelas e nas ruas da zona sul.

Se a polícia não reprimiu com violência os milhares de manifestantes que ocuparam a Avenida Brasil no dia 2 de julho, é porque se tratou de uma exceção.

Após junho de 2013, as manifestações seguiram ocorrendo em grande quantidade. As reivindicações das pessoas que permaneceram nas ruas, no entanto, ficaram cada vez mais objetivas: os manifestantes queriam mudança, não reforma. Os moradores das favelas, apoiados pelos movimentos sociais e colaboradores, começaram a organizar atos e a ocupar ruas perto de suas moradias e também no centro. A violência policial e o pedido de renúncia do governador e do prefeito eram as principais reivindicações daqueles que nasceram sofrendo a repressão do Estado e daqueles que depois de junho passaram a assumir essa causa como sua. Os debates que antecederam os atos - e que buscavam sensibilizar novos colaboradores - eram feitos com o objetivo de entendermos melhor por que éramos todos responsáveis pelas chacinas realizadas, pelas casas saqueadas ou invadidas pela polícia nas intervenções policiais nas favelas.

Passada a euforia de junho, uma consequência que ficou para os que ainda estão nas ruas é uma reflexão acerca das cidades em que vivemos enquanto lócus da segregação espacial dos pobres e negros: cidades construídas por moralidades estéticas que ainda hoje não foram transformadas (IHU, 2013)⁵.

Se ainda seguimos nas ruas, o fazemos para que a transformação dessa formação repressora, apolínea e sangüinária da polícia seja endossada como uma mudança necessária para a vida de todos. Porque só assim estaremos evitando que a intensidade da repressão seja tolerada enquanto medida para a diferenciação de grupos, etnias e localidades e construindo a cidade enquanto espaço expressivo da cidadania e como um lócus urbano compartilhado.



Notas e referências bibliográficas

² Os entretítulos deste artigo se referem a mensagens dos cartazes dos manifestantes de junho e julho.

³ Viana, Sílvia “Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa” *Le Monde Diplomatique* Brasil, 2013.

⁴ Favret-Saada, Jeanne “Ser afetado” In: *Cadernos da Campo – revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP*. São Paulo: USP, N. 13, ano 14, 2005, p. 155-163.

⁵ IHU *Significados, inflexões e perspectivas do Outono Brasileiro*, 2013.



Jovens detidos: recuperação? (Marcello Casal Jr.)

Nenhum passo atrás: a criminalização da juventude pobre e a efetivação dos direitos de jovens acusados da prática de ato infracional

Alice de Marchi Pereira de Souza, Fábio Simas e Isabel Lima¹

¹Alice de Marchi Pereira de Souza é pesquisadora da Justiça Global; Fábio Simas é membro do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) e Isabel Lima é pesquisadora da Justiça Global.

Quando um adolescente comete uma infração de grande repercussão midiática, volta à tona a já conhecida campanha de setores conservadores da sociedade pela redução da maioridade penal e, a reboque, o embate político destes setores com os movimentos sociais que lutam cotidianamente pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei 8069/90)².

Enquanto ainda tem sido possível frear o avanço das propostas de redução da maioridade penal, vêm ganhando espaço – com bem menos alarde – projetos de lei que propõem o aumento do tempo de internação no sistema socioeducativo³. Em 2013, movimentos de direitos humanos de crianças e adolescentes foram surpreendidos com a proposta de “Responsabilidade Progressiva” encaminhada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), elaborada com apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O projeto propunha a alteração de dispositivos do ECA, determinando a instituição de um sistema binário de responsabilização de adolescentes autores de ato infracional e ampliando o tempo de internação para até oito anos, de acordo com a idade.

Após pressão de entidades de defesa dos direitos das crianças e adolescentes⁴, a SDH retirou a proposta apresentada ao Conselho Nacional dos Direitos de Crianças

e Adolescentes (Conanda) e reafirmou o compromisso com a construção do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo⁵ e com as melhorias necessárias na política socioeducativa. No entanto, tal episódio deixa mais um alerta para os movimentos do campo dos direitos humanos e da infância e adolescência para as persistentes ameaças à doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes, arduamente conquistada, porém nunca implementada efetivamente.

A proteção integral e a manutenção do paradigma da situação irregular

Para entender como a legislação e as práticas no campo do Direito da Criança e do Adolescente vêm funcionando historicamente no Brasil, devemos lançar o olhar sobre a doutrina da proteção integral e a perspectiva antagônica da doutrina da situação irregular. Em 1927, consolidaram-se as “Leis de Assistência e Proteção aos Menores”, com a elaboração do Código de Menores e, em 1979, foi instituído um Novo Código de Menores, que dispõe sobre a “assistência”, “proteção” e “vigilância” a menores (BRASIL, 1979)⁶. O conceito de “menor em situação irregular” emerge nesse período, reforçando a produção de duas infâncias/ adolescências desiguais no país. Arantes (1999)⁷,



Fotos: Agência de Notícias
do AC/divulgação

Bulcão (2002)⁸, Coimbra e Nascimento (2003)⁹ nos apontam o abismo entre essas duas infâncias/juventudes: o *menor* é a criança ou jovem “em perigo” - ou “perigoso”: por ser abandonado, carente, infrator, perambulante; a *criança* é saudável, estuda, tem família e por isso não requer qualquer assistência especial. Já para os “perigosos”, devem ser destinadas medidas punitivas e correcionais, enquanto que para aqueles “em perigo” intervém-se com medidas assistenciais. A doutrina da proteção integral, surgida em 1989, na Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente das Nações Unidas, se constitui como impulso para profundas mudanças no ordenamento jurídico, materializando-se em marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Tais transformações deveriam ser expressas em políticas públicas e nas formas mais cotidianas de se lidar com o público em questão. O termo “menor” sai de cena, e todas as pessoas com até 18 anos de idade passam a ser referidas da mesma forma: “crianças” e “adolescentes”¹⁰. As normas passam agora a concebê-las como cidadãos de direito, sujeitos à proteção prioritária, já que são seres humanos “em desenvolvimento”. A proteção deve ser “integral”, na medida em que diversas esferas devem promover e garantir tais direitos: a família, o poder público e a sociedade como um todo são responsáveis pela universalização e zelo dos direitos desses sujeitos.

Na letra fria da lei, essas modificações são de extrema importância, pois submetem o conjunto de normas e políticas públicas desse campo a um marco dos direitos humanos, enfatizando a promoção de direitos e a prevenção a condições de violência e precarização da vida. No entanto, isso não foi suficiente para mudar de fato nossas práticas e atitudes para com crianças e adolescentes no Brasil.

A persistência do uso do termo “menor” pela mídia, legisladores, juristas, profissionais e diversos setores da sociedade ao se referirem às crianças e adolescentes pobres revela mais do que um desconhecimento do sentido estigmatizante e desqualificador que este conceito carrega. Trata-se da continuidade da produção de infâncias e adolescências desiguais e do entendimento dessas como “em situação irregular”. A insistência na ênfase da privação de liberdade remonta à época do Código de Menores, quando havia a vasta internação dos considerados “menores abandonados e delinquentes” em estabelecimentos especiais.

Antes de mais nada, é preciso admitir que as leis são apenas mais um tipo de força dentro de um campo em constante embate. Elas devem ser situadas numa dimensão maior do que a jurídica ou institucional e compreendidas em articulação com processos históricos, políticos e sociais.

Somos atravessados por um caráter patrimonialista, privatizante e personalista do Estado e de classes dominantes brasileiras; nossa política criminal¹¹ apresenta profundas relações com matrizes ibéricas inquisitoriais de verticalização das relações e de um autoritarismo estrutural que marca nossa sociedade.

A implementação das políticas neoliberais no Brasil que se inicia já na primeira metade da década de 90 põe em xeque, logo nos primeiros anos, as conquistas adquiridas na nova constituição. Há, nessa época, a permanente tensão entre as conquistas dos movimentos sociais e o aprofundamento desse projeto neoliberal, com grande impacto na precarização dos direitos e das políticas públicas. Neste processo, observamos o crescimento exponencial de pessoas presas - sobretudo jovens, negros e pobres, num claro tratamento penal dessa população¹². Hoje o Brasil tem uma das maiores taxas de encarceramento e extermínio do mundo¹³.

Sistema Socioeducativo e Criminalização da Juventude

As condições do sistema socioeducativo do Brasil têm sido exaustivamente retratadas em relatórios de organismos nacionais e internacionais e denúncias nos meios de comunicação. A despeito de toda a retórica dos gestores





públicos, constata-se frequentemente condições humilhantes e degradantes, maus-tratos, tortura e mortes nesses estabelecimentos. Somam-se a tais práticas outras, mais sofisticadas, como a medicalização excessiva e generalizada¹⁴. A grande maioria das unidades de internação no Brasil está fora dos padrões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sina-se, lei 12.594)¹⁵, e apresenta condições lamentáveis.

A título de ilustração, em 2013, após visitas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2012 a 59 unidades de internação do sistema socioeducativo em todo o país, foi recomendado o fechamento de unidades de cinco estados¹⁶. Em algumas delas, o CNJ encontrou as mesmas condições descritas no relatório feito em 2010, como situações de superlotação e insalubridade. Nas unidades cujo fechamento foi indicado pelo CNJ, foram verificadas ainda agressões por agentes socioeducativos, estrutura prisional e ausência de atividades pedagógicas.

O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ)¹⁷, em seu relatório anual apresentado no final de 2013¹⁸, trouxe casos emblemáticos de violações de direitos humanos em unidades do sistema socioeducativo do Estado, tais como espancamentos coletivos, utilização corriqueira de *spray* de pimenta - além de um caso de uma adolescente com roupas íntimas espancada algemada por socioeducadores.

Da mesma forma, os homicídios de adolescentes registrados entre abril e julho de 2009 na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS) do Espírito Santo, somados a diversas situações de maus-tratos que acentuavam o risco e as condições de danos irreparáveis à vida e à integridade dos internos, levaram o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH/Serra) e a Justiça Global, em

parceria com a Pastoral do Menor e com a Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard a encaminharem denúncia ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) outorgou medidas cautelares em benefício dos adolescentes. Dado o descumprimento da determinação, a Comissão encaminhou um pedido de medidas provisórias à Corte Interamericana de Direitos Humanos¹⁹. As medidas provisórias da Corte continuam vigentes e determinam a obrigação do Estado em garantir a vida e a integridade pessoal dos adolescentes internados na UNIS²⁰.

Nenhum passo atrás! Em defesa da vida e da liberdade

As propostas legislativas de redução da maioria penal e aumento do tempo de internação de jovens no sistema socioeducativo, o clamor da grande mídia, as violações ocorridas no sistema e o predomínio de decisões judiciais privilegiando a privação de liberdade evidenciam a permanência da perspectiva “menorista” e o modo correccional-repressivo de lidar com esses jovens - em detrimento da perspectiva da proteção integral, garantia de direitos e efetivação de uma proposta socioeducativa de responsabilização²¹.



Ainda temos um longo caminho a percorrer para produzir uma transformação nessa cultura. E desse modo não podemos retroceder nenhum passo nas frágeis conquistas legislativas, afirmando a defesa inegociável da liberdade de uma juventude historicamente criminalizada.

Se queremos afirmar a proteção integral de crianças e adolescentes, é necessário também fazer um outro uso de seus dizeres; e tomá-la como uma lógica que atravessasse as nossas práticas. Fazer dela não só uma reivindicação constante pela efetivação de mais direitos, mas igualmente algo que se traduza em práticas libertárias, que desviem das produções e naturalizações históricas e que possibilitem a invenção de outras infâncias e adolescências. É preciso trazer a letra da lei ao rés do chão, experimentar seus enunciados no cotidiano, disputar seus sentidos e não esperar que a dimensão jurídica transforme as nossas vidas por inteiro.



Notas e referências bibliográficas

² BRASIL, República Federativa do. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069/1990. Brasília, 1990.

³ Art. 121, parágrafo 3º: “Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos” (BRASIL, 1990).

⁴ Para citar apenas algumas entidades que apresentaram pareceres técnicos e posicionamentos públicos contrários ao projeto de lei de responsabilidade progressiva: membros da sociedade civil presente no Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda), a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Anced), o Conselho Federal de Psicologia (CRP), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Defensoria Pública, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

⁵ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>

⁶ BRASIL, República Federativa do. Código de Menores. Lei Federal nº 6697/1979. Brasília, 1979.

⁷ ARANTES, Esther Maria. De “criança infeliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governar a infância. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fábio; RODRIGUES, Heliana B. C. (orgs.). *Clio-psychê: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

⁸ BULCÃO, Irene. A Produção de Infâncias Desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria Livia do (org.). *Pivetes: a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

⁹ COIMBRA, Cecília Maria Bouças & NASCIMENTO, Maria Livia do. *Jovens pobres: o mito da periculosidade*. Em: FRAGA & Iu Lianelli (orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

¹⁰ Conforme o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “consi-

dera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

¹¹ Vera Malaguti Batista (BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 23) apresenta a definição de Nilo Batista sobre política criminal como “o conjunto de princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação. [...] abrangeria a política de segurança pública, a política judiciária e a política penitenciária, mas estaria intrinsecamente conectado à ciência política.”

¹² Segundo dados do Ministério da Saúde, mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino (WAISELFSZ, J. J. *Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013).

¹³ De acordo com dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, o Brasil passou de 13.910 homicídios em 1980 para 49.932 no ano de 2010, representando um aumento percentual de 2.595 (WAISELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011).

¹⁴ Em 2008, a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Anced) criou um Grupo de Trabalho para atuar em cinco casos emblemáticos de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes. Um dos casos escolhidos foi a situação da medicalização psiquiátrica em um centro de internação do Rio Grande do Sul. (cf. “Repensando a proteção jurídico-social”, disponível em: <http://www.anced.org.br/repensando-a-protecao-juridico-social/>. Consulta em 18/01/14 às 15h30).

¹⁵ O Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei Federal nº 12.594/2012. Brasília: 2012, política nacional regulamentada pela Lei 12.594 de 2012, depende, para a sua efetivação, de um conjunto articulado de ações com outras políticas públicas como saúde, educação e assistência social. O princípio da incompletude institucional do Sinase indica a importância da articulação de políticas setoriais no atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na busca da garantia da proteção integral e da continuidade do cuidado oferecido ao adolescente.

¹⁶ Distrito Federal, Piauí, Amapá, Bahia e Espírito Santo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/25582-cnj-propoe-o-fechamento-de-unidades-de-internacao-de-jovens-emcinco-unidades-dafederacao/>

¹⁷ O MEPECT/RJ é um órgão criado pela Lei estadual nº 5778/2010, vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e tem como função realizar o monitoramento preventivo de unidades de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro, identificando riscos de tortura no intuito de prevenir violações. A implementação de Mecanismos Preventivos de monitoramento de locais de privação de liberdade está prevista no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas, ratificado pelo Brasil em 2007. (TORTURA, Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à. Relatório anual 2013. Rio de Janeiro: ALERJ, 2013.)

¹⁸ Relatório anual MEPCT 2013. Disponível em: http://www.apc.ch/content/files/npm/americas/Rio_LPM%20Annual%20Report%202013.pdf

¹⁹ Dentre os mecanismos de proteção dos direitos humanos do Sistema Interamericano, as medidas cautelares da CIDH e as medidas provisórias da Corte têm como objetivo evitar danos irreparáveis às pessoas nos casos de urgência e gravidade.

²⁰ Outro caso emblemático, ocorrido em 2013, foram as sessões de tortura nos adolescentes da Fundação Casa em São Paulo veiculadas no programa Fantástico da Rede Globo. Disponível em: <http://m.g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/08/secretaria-de-direitos-humanos-repudia-agressoes-na-fundacao-casa.html?hash=3>

²¹ Apesar de o ECA prever a internação nos casos de ato infracional de grave violência e ameaça à pessoa, tal medida ainda é aplicada indiscriminadamente. Em 2012, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou a súmula 492, dispondo que “o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação de adolescente”. Porém, a aplicação de internação por tráfico continua recorrente: é o segundo ato infracional que mais interna adolescentes no país, na margem de 26% de acordo com estudo do Conselho Nacional de Justiça.



Pela via institucional, jovens também buscam direitos (Cantojovem/divulgação)

Juventudes, diversidade e participação: desafios para governos e sociedade

Regina Novaes¹

¹ Regina Novaes é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Para a grande maioria dos jovens brasileiros, o aumento da desigualdade e exclusão social tornaram-se os saldos objetivos e subjetivos mais relevantes das transformações sociais e econômicas que caracterizam os anos de 1990 e o início do século XXI. A partir daí os “problemas da juventude” começaram a fazer parte da agenda pública e da questão social brasileira. Com efeito, nos anos de 1990, frente a velhas e novas contradições sociais, questões relativas ao presente e ao futuro dos jovens tornaram-se “causas” mobilizadoras que alimentam ações de grupos, redes e movimentos de diferentes segmentos juvenis.

Ao mesmo tempo, e não por acaso, buscando responder às demandas que chegaram ao espaço público, surgiram espaços institucionais de juventude – Secretarias, Coordenadorias e Conselhos – em nível nacional, estadual e municipal e, conseqüentemente, aumentaram os programas e ações públicas voltadas para as juventudes brasileiras. Neste sentido, o objetivo do presente artigo é refletir sobre este processo em curso, destacando características, conquistas e desafios.

Valorizar a diversidade e garantir a participação: desafios dos espaços de Juventude.

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, a violência e a violência entre jovens se tornaram grandes preocupações sociais. Agências de cooperação internacional, ONGs e fundações empresariais se envolveram e passaram a trabalhar com o tema da juventude. Assim nasceram os Projetos Sociais – geralmente levados adiante por meio de parcerias que envolviam instâncias governamentais e não governamentais – voltados para “jovens em situação de risco”. Neste âmbito, destacaram-se ações voltadas para a preparação/inserção no mundo do trabalho, assim como de contenção e prevenção da violência. Nesta ocasião, multiplicaram-se os projetos culturais que buscavam atuar a favor da “autoestima” e do “protagonismo juvenil”.

Ao mesmo tempo, surgiram espaços institucionais de juventude em alguns municípios brasileiros, tais como Santo André e Goiânia. Nesse âmbito, destacam-se os primeiros Centros de Referência de Juventude, as primeiras Conferências Municipais, bem como os festivais na área cultural, que contribuíram para a valorização das chamadas culturas de periferia como o *hip hop*, *break* ou grafite.

Os resultados de tais experiências - com suas histórias flu tuantes de acúmulos e interrupções - são muito variados (SPÓSITO, 2007)². Mas, de maneira geral, neste momento, já se evidenciaram dois desafios que de fato se tornaram constitutivos das Políticas Públicas de Juventude, a saber:

a) Reconhecer marcas geracionais comuns e, ao mesmo tempo, sua *diversidade*. Isto é, atentar para as questões que caracterizam o tempo histórico de cada geração (condição juvenil) e, ao mesmo tempo, o que há de específico para diferentes segmentos da juventude (situação dos jovens).

Assim, problemas mais gerais da sociedade em que vivem os jovens devem ser cotejados tanto com critérios relativos à renda quanto a outros, que considerem os demais aspectos que produzem exclusão simbólica, social, econômica e política (tais como relações de gênero, raça, etnia, presença de deficiências, local de moradia). Daí a importância de pensar em diferentes juventudes em um determinado território.

b) Considerar e acionar canais de *participação juvenil* para a definição de políticas públicas. Ser jovem é estar entre a proteção da infância e a emancipação da idade adulta. Esta fase da vida se caracteriza pelas possibilidades de experimentação e construção de identidades. E como cada experiência geracional é inédita, a participação deste “sujeito” torna-se fundamental para o desenho e acompanhamento das políticas.

Evocar a dimensão participativa, portanto, tem grande importância na fase da vida em que se busca a emancipação. Neste sentido, cabe ao poder público criar e promover específicos canais de interlocução (tais como audiências públicas, criação de Conselhos, Conferências e outros espaços de juventude) entre sociedade e governos.

Políticas de Juventude: institucionalidades e demandas

Com efeito, os desafios de contemplar a diversidade e tornar-se um dos canais de participação também se fizeram presentes com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) – órgão do poder executivo ligado à Secretaria Geral da Presidência da República - assim como nos demais espaços institucionais de juventude criados no Brasil em nível estadual e municipal.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)³, também criado em 2005, é um espaço de interlocução (de conflito e/ou de cooperação) entre a sociedade civil e o governo. De caráter consultivo, sua finalidade é desenhar, validar e exercer “controle social” no âmbito das Políticas Públicas de Juventude (PPJs). Este Conselho Nacional, assim como os demais Conselhos Municipais e Estaduais que se espalham pelo Brasil afora - com diferentes formatos, com

caráter consultivo ou deliberativo - tornam-se mais legítimos quanto mais conseguem contemplar a diversidade juvenil presente em seus territórios e, ao mesmo tempo, podem contar com a participação de diferentes grupos, coletivos, redes e movimentos.

Contemplar a *diversidade* e contar com a *participação* tornam-se importantes trunfos para enfrentar as disputas de recursos e por legitimidade no âmbito do poder público federal, estadual e municipal. Tais disputas se fazem cotidianamente, envolvem diferentes concepções sobre “juventude” e são espaços de desencontros entre diferentes setores e áreas de governo.

Isto porque os problemas e demandas da juventude não estão restritas a um só setor. Ao contrário, dizem respeito tanto a questões (re)distributivas mais gerais da sociedade excludente, quanto a questões específicas que dizem respeito ao presente e ao futuro da atual geração juvenil em sua diversidade. Nas Políticas Públicas de Juventude, estão em jogo demandas de distribuição, reconhecimento e de participação.

- As principais *demandas de distribuição* revelam dívidas sociais acumuladas em nosso país e, ao mesmo tempo, trazem consigo questões que dizem respeito à atual condição juvenil. Elas estão ligadas às políticas universais: ao direito à educação de qualidade, ao acesso à saúde, segurança e cultura, ao trabalho decente que permita equacionar trabalho/estudo/vida familiar.
- As *demandas por reconhecimento* remetem às pautas geracionais (como um singular “sujeito de direitos”) e, ao mesmo tempo, remetem à pluralidade deste “sujeito singular” (constituído por sua diversidade). Trata-se de reconhecer pautas gerais e específicas que respondam a demandas de jovens pobres, negros, mulheres, homossexuais, favelados, com necessidades especiais, atingidos por diferentes tipos de preconceitos e formas de discriminação.
- Por fim, a *demanda de participação* remete, em primeiro lugar, a uma condição imprescindível para levar demandas distributivas e de reconhecimento para o espaço público democrático. E, em segundo lugar, no contexto particular das políticas públicas de juventude, remete ao acesso aos espaços específicos de decisão sobre desenho, validação, acompanhamento e avaliação de programas e ações voltados para esse segmento populacional.

Esta classificação de demandas ajuda a sistematizar, mas certamente, na prática, existem interdependências, zonas intermediárias e híbridas entre elas. Por exemplo, jovens de distintas orientações sexuais demandam acesso ao sistema de saúde (re-distribuição universal) mas, ao mesmo tempo, renovam esta demanda, reivindicando espaços e serviços específicos nesse mesmo sistema de saúde (re-

conhecimento da condição juvenil e de sua orientação sexual) e, ainda, participação em Conselhos e outros espaços de interlocução governo-sociedade.

Outro exemplo é a questão da violência, que também remete, ao mesmo tempo, a questões de distribuição, reconhecimento e participação. Com efeito, a geografia da violência revela desigualdades sociais, disparidades regionais e segregações urbanas. Estes problemas estão ligados a *demandas de distribuição* de renda, de acesso a equipamentos urbanos no local de moradia dos jovens, assim como de acesso a aparato policial constante e preparado. Contudo, as situações de violência vivenciadas pelos jovens geram também *demandas de reconhecimento* de atores sociais em sua diversidade. Isto porque as situações de violência são retroalimentadas por preconceitos e discriminações relativas à cor da pele, orientação sexual, aparência, local de moradia e ao simples fato de ser jovem. Por fim, a *participação* juvenil é fundamental tanto para um mapeamento de medos e inseguranças



identificados por jovens desta geração, quanto na elaboração de projetos e ações que possam reverter situações de violência, contando com jovens para promover o controle social de tais políticas.

Assim sendo, as demandas de distribuição, de reconhecimento e de participação devem ser efetivadas por meio de políticas universais, setoriais e exclusivas para esta faixa etária. Tais políticas respondem (ou deveriam responder) a diferentes dimensões da vida dos jovens, proporcionando seu desenvolvimento integral. Resta saber como tais demandas se apresentam no espaço público.

A presença das TICs na articulação da diversidade e na ampliação da participação

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) mudaram a sociedade e têm sido fundamentais na construção da juventude – em toda sua diversidade – como um ator social. A despeito dos evidentes níveis de exclusão digital e das desigualdades na qualidade de acessos, as TICs favorecem a comunicação e a identificação entre jovens, gerando coletivos virtuais, quebrando isolamentos, ampliando as possibilidades de ações e disseminação de causas sociais. Com a ampliação do acesso à internet, grupos juvenis com origens diferenciadas passam a se conectar por meio de redes que ampliam fronteiras geográficas e sociais. Vejamos alguns exemplos.

Desde o começo dos anos 2000, há notícias sobre “movimentos pelo passe livre” em distintos locais do país, nos quais se destacam jovens do Ensino Médio. Em 2003, a cidade de Salvador, no Estado da Bahia, ficou marcada pela “a Revolta do Buzu”. Várias reportagens do período demonstram que a Revolta do Buzu recebeu grande apoio da população que se sentia contemplada em sua reivindicação de congelamento da tarifa e de meia passagem para os estudantes. Diante dos desgastes com as paralisações e o clima de tensão e incerteza na cidade, a partir do início de setembro, a prefeitura iniciou a negociação com os manifestantes. Neste movimento (e em outros que, a partir daí, ocorreram pelo Brasil afora), foi inegável o suporte de computadores e celulares para a convocação e comunicação entre os participantes.

Um outro bom exemplo mais recente é a “Marcha das Vadias”, movimento mundial (intitulado *Slut Walk*) que começou em 2011, após um oficial da polícia de Toronto, no Canadá, dizer que, para evitar estupros, as mulheres deviam deixar de “se vestir como vadias”. Em seus protestos contra o machismo, as mulheres usam roupas provocantes e criam performances engraçadas e irreverentes. O movimento se espalhou via internet e mobilizou segmentos juvenis em diferentes partes do mundo.

Também para os jovens militantes negros, para quem a desigualdade racial se cruza umbilicalmente com a condição social, as novas tecnologias de informação e comunicação têm sido fundamentais para disseminar questões educacionais, problemas de entrada no mercado de trabalho, lutas por cotas para negros na universidade e em outros espaços sociais e, sobretudo para articular ações frente a situações de discriminação por eles vivenciadas. *Sites, blogs* e vídeos no *Youtube* veiculam distintas expressões culturais, sobretudo o *hip hop*, e têm sido canais renovados e poderosos de afirmação da negritude e de contestação das condições de vida nas periferias.

De fato, as TICs também têm tido um papel destacado na seara da “discriminação por endereço” que atinge jovens moradores das favelas e demais “periferias”, sobretudo

negros. Nestes espaços, que surgem como consequência da segregação espacial produzida pela combinação entre a presença precária do poder público, o poder dos traficantes, a violência e a corrupção policial, as TICs atingem sobretudo a juventude. Em contrapartida, redes de jovens moradores das favelas e periferia que se contrapõem à criminalização e discriminação pelo lugar de moradia ganham espaço no mundo virtual.

Ao mesmo tempo, jovens rurais e jovens indígenas também demandam acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, o que demonstra uma significativa renovação das reivindicações de acesso à terra e às políticas agrícolas. Para jovens desta geração, ficar no campo ou na aldeia não deve implicar em isolamento. Pela via virtual e em espaços de juventude, compartilham com outros grupos de jovens idéias ambientalistas, assim como demandam acesso a políticas de transporte, cultura e lazer.

Pode-se dizer que as redes e grupos ecológicos (do campo e das cidades) criam espaços virtuais/presenciais de agregação juvenil. Em torno das questões ecológicas, se constituem movimentos exclusivamente juvenis, a exemplo da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma), criada em 2003. Esta rede é composta por jovens de 16 a 29 anos, atuantes em diversos setores da sociedade e interessados na questão ambiental. Promove a troca de ideias, realidades e experiências referentes a questões socioambientais.

Nesta mesma perspectiva, vale destacar os militantes das TICs. A bandeira por “*software* livre” foi ganhando crescente destaque tanto nas organizações juvenis temáticas e identitárias, como também motivaram grupos, redes e movimentos específicos que se reúnem em torno da comunicação virtual, destacando questões de autonomia, qualidade de acessos e democratização de instrumentos tecnológicos. Em suas diferentes edições, os Acampamentos Internacionais da Juventude - que se realizaram durante os encontros do Fórum Social Mundial - utilizaram mídias alternativas contando com militantes desta área.

Vale lembrar ainda que, desde 2006, o “Levante Popular da Juventude”, que se define como “uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade”, se vale da comunicação virtual para disseminar ideias e convocar para atividades políticas. Entre as atividades desenvolvidas por grupos ligados ao Levante Popular da Juventude, no ano de 2012, destacaram-se os “escrachos”, atos e dramatizações públicas inspiradas na experiência argentina, para denunciar a tortura durante o Regime Militar e torturadores impunes.

Estes exemplos, que certamente não esgotam toda a diversificada experiência de participação desta geração, nos ajudam a perceber o quanto a construção social da



Diálogo da diversidade em Conferência (Antônio Cruz/ABr)

juventude “como sujeito de direitos” envolve articulação da diversidade (de sujeitos e causas) e também o quanto as novas tecnologias de informação e comunicação têm sido importantes para ampliar a participação juvenil.

As juventudes e as Jornadas de Junho: interpretações em disputa

O ano de 2013 será sempre lembrado pelas manifestações de rua que tiveram lugar em vários locais do país. Levando em conta as demandas e as formas de participação apontadas acima, fica evidente que os acúmulos da última década não podem ser desconsiderados nas explicações dos acontecimentos.

O preço do transporte se apresentou como a primeira causa. Esta demanda remete ao sistema de transporte e às contradições de um modelo de transporte coletivo baseado em manipuláveis concessões públicas para exploração privada que se caracteriza pela sofrível qualidade e distribuição desigual na oferta deste serviço.

Frente a esta realidade, para os jovens, o preço do transporte funcionou como um disparador que soma identidades. As demandas em torno do transporte público aproximam jovens do “asfalto” e da favela, do centro e da periferia, “companheiros” e “manos”, rastas e punks... O preço e a qualidade do transporte afetam o cotidiano de jovens que só estudam e daqueles que combinam estudo e trabalho. Dizem respeito a jovens que só trabalham e àqueles que procuram trabalho e precisam se locomover pelas cidades. Contudo, compartilhar esta vivência não seria o suficiente para levar às ruas, ao mesmo tempo, significativa parcela da juventude brasileira. Para compreender os acontecimentos, é preciso perceber a conjugação de diferentes fatores.

Em primeiro lugar, voltamos às TICs e à eficácia da convocação e transmissão “ao vivo” realizada através das redes virtuais. Sem dúvida, neste Brasil – persistentemente desigual – as dinâmicas de inclusão digital não podem ser resumidas ao item “consumo”. Alguns exemplos citados acima mostraram como as redes sociais tornam possíveis conexões antes inimagináveis. Transmissões ao vivo criaram uma nova relação entre a rua e a casa, entre a presença nas ruas e a presença no ciberespaço. Quem está transmitindo da rua, pode ver o que está pensando quem está conectado e assistindo (e interferindo) em casa ou em outros espaços. Borram-se fronteiras entre estar ou não “participando”. Evidenciam-se níveis e formas de participação e vários “desdobramentos” possíveis.

Além disso, a experiência de junho evidenciou como redes de comunicação independentes podem pautar e questionar versões da grande mídia. Chegamos assim a um segundo fator: talvez as manifestações não tivessem o mesmo nível de adesão se não tivessem circulado imagens sobre a violência usada pela polícia em São Paulo. A atuação da polícia foi um detonador fundamental para o espraiamento das manifestações. Ou seja, pesou a experiência negativa dos jovens brasileiros com a polícia. Como aparece em pesquisas qualitativas, os jovens sempre têm histórias (pessoais ou de amigos) para contar sobre a polícia que “achaca” jovens de classe média, exigindo propinas; bem como humilha e agride fisicamente jovens moradores de áreas pobres e sob reiterada criminalização. As imagens das manifestações transmitidas ao vivo revelaram de maneira contundente a violência policial e atestaram seu despreparo para garantir a segurança pública. Naquele momento, na dinâmica das redes sociais, se ofereceu uma chave de leitura para dar sentido à revolta difusa frente às ações violentas da polícia: tratava-se de garantir “direitos”.

Muitos dos jovens que foram às ruas pela primeira vez justificaram sua participação acionando a noção de “direitos”. Neste sentido, pode-se dizer que (explícita ou implicitamente) “fazer valer nossos direitos” tornou-se a senha comum de diferentes participações nas jornadas de junho. Contudo, esta oferta interpretativa só “colou” porque, no Brasil nos últimos tempos, houve uma significativa disseminação da categoria “direitos”. Certamente em uma sociedade tão heterogênea/desigual como a nossa, a noção de “direito” não tem se espalhado de maneira homogênea/igualitária. Jovens de diferentes classes sociais, com trajetórias e experiências diferenciadas e com distintas visões de mundo incorporam esta noção de diferentes maneiras.

Este espalhamento da noção de direitos tem consequências práticas, pois provoca a desnaturalização da lógica do favor, diminuindo espaços de clientelismos e outras formas de subserviência, aproximando centros e periferias, chegando aos chamados grotões do país. Mais im-

portante: através desta noção, se evoca o poder público e, consequentemente, são cobradas políticas públicas. Ou seja, mesmo que existam diferentes (e até contraditórias) apropriações, a noção de “direitos” faz a conexão entre demandas de políticas públicas. “Não é por centavos, é por direitos”, disse um estudante entrevistado por uma emissora de TV. “Transporte público decente é direito do trabalhador”, dizia uma faixa carregada por um jovem que se identificou como sindicalista. “Se o direito da favela não colar, o Brasil não vai mudar”. “Perdi meus direitos, alguém viu?” indagava outro cartaz bem humorado.

Em um movimento espiral, o “direito ao transporte público” foi puxando a educação, saúde e segurança, assim como outras velhas bandeiras como, por exemplo, o direito à terra, presente em cartaz mostrado na TV... Ou seja, naquele contexto, as reivindicações remetiam a áreas em que prevalecem a ausência ou ineficiência das políticas públicas – o que, por sua vez, foi diretamente relacionado com práticas de corrupção, com o mau uso do dinheiro público, com os gastos indevidos com grandes eventos, em particular com a Copa do Mundo.

Por outro lado, cabe salientar que, no ano de 2013, também se evidenciaram características performáticas que caracterizam as manifestações juvenis por diferentes lugares no mundo. Por exemplo, o *Black Bloc*, tática de luta e coletivo de ação direta, é constituído por agrupamentos livremente organizados por grupos de afinidades e indivíduos independentes que, via de regra, se dispersam ao fim das manifestações. Ações de *Black Bloc* contra os “símbolos do capitalismo” já ocorreram em diferentes lugares do mundo. Por vezes classificadas como neonanarquistas, estas táticas já possuem inúmeras versões locais e diferentes maneiras e histórias de adesão.

Aqui vale transcrever um trecho de entrevista publicada na Revista Caros Amigos de novembro de 2013 com um jovem participante das jornadas de junho, identificado como Beto pela repórter Lena Azevedo. Beto se considera um “mídiaivista de favela”, conta que trabalha para “desconstruir a imagem que a grande imprensa passa das comunidades”. Relata também que em junho ainda gritava “sem violência” e, após o trabalho, ia aos acampamentos que se destacaram no Rio de Janeiro (“Ocupa ALERJ”, “Ocupa Câmara”). Porém, segundo o relato, foi a repressão policial contra os professores no dia 15 de outubro que motivou sua adesão ao *Black Bloc*. Diz ele:

“eu não sei quem são os outros. Eu sei o que eu sou e o que o *Black Bloc* significa para mim. A compreensão dessa tática é que me fez, como morador da favela, participar de um movimento. Participar desta tática é poder extravasar o sentimento de aprisionamento, de segregação que o Estado causa, mas também, como resistência para mostrar para quem está do outro lado – os oligopólios, os detentores do capital- que há uma população que está consciente”.

Este exemplo reafirma o que pesquisas recentes (IBASE, 2008)⁴ já vinham demonstrando: os jovens somam “causas”; o que nos convida a evitar esquemas empobrecedores que se ancoram em substantivações de identidades únicas e fixas. Participações simultâneas e combinações muitas vezes surpreendentes podem estar presentes na trajetória de um mesmo jovem e entre os jovens que participam de um mesmo evento.

Por outro lado, as manifestações também detonaram disputas entre visões que convivem no seio da sociedade brasileira. Por exemplo, agressões a jovens de partidos políticos em São Paulo obrigaram o Movimento Passe Livre (MPL) tanto a fazer modificações em seu planejamento imediato, como a explicitar publicamente as diferenças entre afirmar-se “apartidário” e ser “antipartidário”. Um movimento “apartidário” pode acolher jovens que, mesmo ligados a um partido político naquele momento, não acionam esta identidade militante. Eu mesma entrevistei um jovem que participa de partidos políticos, mas disse que nas manifestações se via como produtor cultural “mídia-ativista”.

É verdade que existem poucos estudos sobre as juventudes ligadas a partidos políticos. No entanto, quando se fazem entrevistas mais aprofundadas, se percebe que há jovens vinculados a partidos que passam a atuar em redes, grupos e movimentos juvenis. Da mesma forma, há trajetórias inversas, que se iniciam no âmbito de mobilizações específicas (pelo meio ambiente, acesso e produção cultural, equidade de gênero, igualdade racial, direitos indígenas, direitos humanos etc.) e, muitas vezes, se desdobram em pertencimentos a partidos. Trajetórias juvenis múltiplas e não lineares, por um lado, dificultam interpretações apressadas que concluem que os manifestantes eram todos contra os partidos políticos; mas, por outro lado, as manifestações também questionam a ideia (comum entre a parcela dos “jovens organizados”) de que os partidos devem ser considerados como o lugar – por excelência – da participação política, em que todos deveriam chegar.

E nada será como antes...

Após as jornadas de junho, o que dizer - nos limites deste texto – sobre juventudes e políticas públicas? Para alguns, “o gigante acordou”. O uso desta expressão traduziu bem a surpresa que as manifestações de 2013 causaram na sociedade. Contudo, é preciso dizer que tais manifestações não devem ser vistas como “um raio em meio a um céu azul”.

Mais de 20 anos de democracia – incompleta e contraditória – fizeram com que a noção de “direitos” fosse se espalhando pela sociedade e entre diferentes parcelas da juventude, tendo como contrapartida a expectativa crescente de políticas públicas correspondentes. Neste



Batalha do Passinho (Cristina Xu)

cenário, os jovens brasileiros têm se apresentado no espaço público em nome de múltiplas causas e sob diversas identidades. Diferentes experiências de discriminação podem se somar na vida de um mesmo jovem (o ser estudante, trabalhador, jovem, negro, favelado, homossexual, mulher, da área rural). Estas identidades são acionadas de acordo com as disputas em questão e têm repercutido no desenho de políticas, programas e ações voltadas para a juventude.

Depois das manifestações, para os jovens das redes, grupos, movimentos juvenis, pastorais ou partidos políticos, fica a necessidade de encontrar caminhos de criatividade para se aproximar daqueles que saíram às ruas pela primeira vez; dos jovens indivíduos independentes que prosseguem motivados por lutas por direitos; assim como para compreender as características dos novos “coletivos” que se formaram recentemente. Para tanto, de maneira geral, é preciso ter abertura para estabelecer interlocuções e pautas comuns sem pretensões de “unificação” ou “direção”. Para superar a quimera de um fazer político baseado na “centralidade democrática” e no discurso ideológico único, devem surgir outras maneiras de construir diálogos e compromissos sem as velhas pretensões de



Grafitheiros no Complexo do Alemão - RJ (divulgação/FASE)

conquistar “hegemonia”. Em outras palavras, esforços devem ser feitos para enfrentar as barreiras que dificultam a articulação entre novos coletivos, grupos, redes, movimentos juvenis e outras formas mais clássicas de organização. Desta interlocução podem surgir melhores condições para pressionar o poder público para que atenda às demandas deste singular sujeito de direitos - em toda sua diversidade de atores, causas, formas e meios (presenciais e virtuais) de participação.

Já para o campo das políticas públicas de juventude, depois das manifestações de junho, surgiram novos e bons questionamentos. Após estas experiências, ampliou-se ainda mais a parcela dos jovens que levam demandas ao espaço público. Assim sendo, espaços institucionais (tais como Secretarias, Coordenadorias, Conselhos) estão desafiados a alargar as possibilidades de diálogo e de incorporação de demandas de diferentes segmentos juvenis.

Ao mesmo tempo, cabe também aos gestores dos espaços institucionais de juventude se nutrirem desta energia que veio das ruas para aumentar sua legitimidade no interior dos governos. Isto porque ainda há dificuldade de desenhar políticas intersetoriais que considerem diferentes trajetórias e dimensões da vida dos jovens; bem como há obstáculos para articular programas e ações públicas de maneira a proporcionar um percurso de autonomia e emancipação para os jovens brasileiros. Ou seja, a despeito dos esforços de muitos gestores de políticas para a juventude, persistem as restrições de orçamento, de

legitimidade e de articulação para promover a transversalidade da perspectiva juvenil junto ao poder público.

Enfim, para o poder público, fica a necessidade de reconhecer a presença de múltiplas motivações e diferentes tipos de lideranças juvenis. E, a partir daí, criar (ou revitalizar) canais adequados para dar respostas às diferentes “causas” que foram trazidas para as ruas. Reconhecer a juventude como “sujeito de direitos” implica em traduzir suas demandas em políticas públicas adequadas à atual condição juvenil. Surge assim uma oportunidade para que se diminua o fosso entre a existência de “direitos” e sua vigência; entre o “país legal” e o “país real”.



Notas e referências bibliográficas

² SPOSITO, M. (Coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

³ CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Natureza, composição e funcionamento*. Brasília: Presidência da República/Conselho Nacional de Juventude, 2007.

_____. *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: Presidência da República/Conselho Nacional de Juventude, 2006.

⁴ IBASE; POLIS; IDRC. *O que jovens e adultos pensam sobre suas juventudes?* Resultado de uma pesquisa regional. Santiago do Chile: Edição Cipda, 2008.



Surpresas de junho de 2013: que impactos sobre a política nacional? (Vater Campanato/ABr)

Limites do pacto social

Diego Araujo Azzi¹

¹ Doutor em Sociologia (USP). Artigo escrito em novembro de 2013.

Quando Lula foi eleito Presidente da República em 2002, na sua quarta tentativa, o fez apresentando-se com uma proposta de governo moderada, consubstanciada na hoje célebre Carta ao Povo Brasileiro (uma carta que, na realidade, continha mensagens claras destinadas a tranquilizar o mercado financeiro). Naquela época, não à toa foi tachado na grande imprensa como “Lula light”, “Lulinha paz e amor” e o PT, como “PT cor-de-rosa”. Ao sabor do aguçado marketing de Duda Mendonça, Lula lançou mão de um de seus mais marcantes bordões naquela eleição: só ele seria capaz de realizar um verdadeiro “pacto social” que tiraria o Brasil da crítica situação socioeconômica em que se encontrava ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A ideia pegou, *‘a esperança venceu o medo’* e Lula finalmente chegou à Presidência.

A expressão concreta que daria “rosto” à ideia-força simbólica do pacto social foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), composto pelo empresariado nacionalista que o apoiou (insatisfeito com a liberalização da economia promovida pelo PSDB-DEM); variados movimentos sociais e ONGs; centrais sindicais; entidades estudantis; a CNBB; grandes construtoras como a Odebrecht; a FIESP, dentre outros. O pacto social passava então a ter nome e endereço.

Durante praticamente os últimos dez anos, os diferentes governos liderados pela aliança PT-PMDB cumpriram a complexa promessa de agradar a gregos e troianos: ao mesmo tempo em que cerca de 40 milhões de pessoas foram tiradas da pobreza extrema, o sistema financeiro bateu recordes de lucratividade como “nunca antes na história deste país”. Ao mesmo tempo em que o desemprego se mantém a taxas baixas ao redor de 5% (mesmo em tempos de crise), o agronegócio latifundiário se fortalece como um dos principais pilares de uma economia extrativista baseada na exportação de *commodities* de baixo valor agregado. Ao mesmo tempo em que se criou uma importante política de valorização real do salário mínimo, grandes projetos de infraestrutura têm provocado fortes danos ambientais e sociais. Ao mesmo tempo em que se inseriu milhares de jovens entre 18 e 24 anos no mercado formal de trabalho, 94% desses empregos pagam “apenas” até R\$ 1.000,00 por mês (BRAGA, 2013)².

Quando a crise apertou, em 2009, o Governo isentou do Imposto sobre Produção Industrial (IPI) as empresas, absorvendo o custo e estimulando o mercado de consumo interno. As ilustrações deste ambíguo contexto socioeconômico poderiam se seguir quase que interminavelmente. As políticas do pacto social buscaram conciliar o inconciliável – e durante certo tempo realmente o fizeram

com êxito.

Sobretudo durante as duas gestões de Lula foi realizado um enorme esforço para trazer a diversidade da sociedade para “dentro” do governo, para democratizar processos decisórios, sobretudo por meio dos Conselhos e das Conferências Nacionais temáticas, que institucionalizaram canais de participação na formulação de políticas públicas.

Entre 2003 e 2010 foram realizadas 74 conferências nacionais. Deste total, 21 ocorreram uma única vez, nove contaram com duas edições, cinco com três edições e outras cinco com quatro edições. Não tivemos 74 conferências com 74 temas diferentes. No total, foram 40 tipos (temas) de conferências, sendo 28 inéditos, ou seja, tiveram sua primeira edição realizada nesse período. Entre as conferências inéditas, 13 foram reeditadas e 15 permaneceram com uma única edição. Podemos dizer que, durante o governo Lula, houve muita ‘experimentação’. Foram lançados diferentes temas para serem debatidos por toda a sociedade, e isso foi positivo porque mobilizou diversos setores da sociedade para refletir sobre questões nacionais. (TEIXEIRA *et alli*, 2012)³

Deve-se ressaltar, entretanto, que a participação nestes espaços envolveu principalmente a sociedade civil organizada, incluindo aí também certa juventude organizada não apenas no movimento estudantil, mas em uma multiplicidade de grupos, alguns mais outros menos institucionalizados. Neste sentido, há um desafio colocado às formas pelas quais a participação política foi canalizada pelos governos Lula, pois, como bem aponta Romão (2013)⁴, há toda uma dimensão virtual (que ocorre via Internet) e não institucionalizada (muitas vezes individual) que precisa ser de alguma forma tomada em conta pelas estruturas oficiais.

Este, evidentemente, não é um desafio apenas da democracia no Brasil. Pesquisadores do *Institute for the Future*⁵, em São Francisco (EUA), já trabalham no desenvolvimento de um aplicativo para celular para possibilitar a participação direta dos cidadãos na política. A ideia é que o aplicativo possibilite aos cidadãos ter acesso transparente a todas as votações dos parlamentares e que possam interagir com comentários ou participando de enquetes sobre qual deve ser o voto do político em determinada matéria. Há uma interface potencialmente democratizante entre a política institucional e as redes sociais que em todo o mundo ainda mal começamos a explorar e talvez estejamos subestimando.

Mesmo com os avanços e limites do modelo de participação praticado em nosso país, podemos dizer – correndo o risco de um leve exagero – que, pelo menos de 2003 a 2010, o Brasil viveu sob esta espécie de pacto tácito de aprovação do modelo em curso, tendo inclusive modificado sua imagem e projeção no cenário internacional,

passando a ser bem mais ativo e respeitado do que o era até então. Ao longo dos últimos anos, a imagem do país como 5ª maior economia do mundo, que se consolida como uma grande democracia “pacífica” e que avança na redução da pobreza foi sendo consolidada.

Uma importante exceção neste contexto de ventos favoráveis deve ser feita ao grande espaço que o tema da corrupção passou a ocupar no debate político após o episódio do chamado mensalão ser deflagrado por Roberto Jefferson (PTB) em 2005, em retaliação à CPI dos Correios que naquela época o acusara por corrupção. Possivelmente seja este o tema que mais explicita as posições de direita e esquerda no amalgamado campo político do Brasil de hoje. Fora isso, o modelo de um Governo Federal que tem políticas sociais efetivas que melhoram a vida dos mais pobres, mas ao mesmo tempo não promove rupturas extremas com as elites, parecia agradar à maioria da sociedade, principalmente em face das experiências políticas mais radicalizadas (à esquerda) em diversos países da América Latina, como Bolívia, Equador e Venezuela, que tendem tradicionalmente a suscitar temor nas classes média e alta.

Em 2010, apoiando-se na ampla aprovação social dos dois governos Lula, a eleição de Dilma Rousseff foi marcada pela construção da imagem de “administradora competente”, ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil. Dilma, “a gerentona”, seria a pessoa certa para manter o país no rumo da transformação social sem os “desvios carismáticos” atribuídos a Lula, melhorando o desempenho da máquina pública e favorecendo o chamado “ambiente amigável para investimentos”. Grosso modo, foi o que se tentou fazer nos seus dois primeiros anos de governo, ainda que o cenário externo de crise financeira tenha dificultado a obtenção de resultados expressivos.

Ninguém previu que em junho de 2013 grandes manifestações de rua eclodiriam Brasil afora. Porém, hoje é possível notar que antes disto acontecer, um contexto repleto de tensões já se armava: ao mesmo tempo em que as pesquisas indicavam uma ampla aprovação do Governo Dilma (a presidente tinha chances de vencer já no primeiro turno) e de diversas administrações estaduais da base aliada ao governo, muitos conflitos, descontentamentos, lutas, reivindicações e anseios se instalavam e palpitavam com força crescente em diversas cidades (VAINER, 2013)⁶. Um descontentamento relativamente difuso com relação ao distanciamento e à insensibilidade social da Presidente já crescia mesmo entre as forças da esquerda tradicional e aliadas ao seu governo (SOUZA SANTOS, 2013)⁷.

Alguns dos temas expressos nestes conflitos são consequências da recente aceleração do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, na linha analítica sempre fértil de Francisco de Oliveira (2013)⁸, e das movimentações que essa aceleração vem causando no tecido social. Novas territorialidades estão sendo rapidamente criadas no Brasil,



O dia seguinte à violenta remoção da comunidade Pinheirinho - SP (Daniel Mello/ABr)

respondendo em grande medida a interesses econômicos que privatizam o espaço em prol do fluxo de mercadorias e de capital. O impacto destas movimentações no território pode ser observado em mobilizações e revoltas que vinham marcando o contexto pré-manifestações de junho, tais como a construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (no rio Xingu), de Jirau (no rio Madeira) e da Termoelétrica de Suape (em Pernambuco).

Adicione-se aí os conflitos das mineradoras e do *agrobusiness* com os indígenas na Amazônia e região do Pantanal (dentre os quais ganhou maior projeção o caso dos suicídios cometidos por membros das tribos Guaraní-Kaiowá); a violência extrema da Polícia Militar (PM) de São Paulo na desapropriação da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, pertencente ao corrupto especulador Naji Nahas; a “pacificação à força” de favelas em áreas estratégicas no Rio de Janeiro e outras cidades em preparação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos; dentre outros, e se tem um espesso caldo de descontentamento. Mesmo no plano das tradicionais organizações sindicais, muitas vezes acusadas de apatia, uma forte ampliação no número de greves é verificada desde o ano de 2008 em todo o país (BRAGA, 2013) e que continuou durante todo ano de 2013.

Como se já não fosse suficiente, além disso tudo, podemos lembrar diversos elementos mais difusos, como os recorrentes e invisibilizados casos de estupro de mulheres em vans no Rio de Janeiro (evidenciado na imprensa apenas após uma das vítimas ser uma turista estrangeira); o alastramento do uso do *crack* nas grandes cidades; as mobilizações em torno da PEC 37; os vários protestos contra o deputado pastor Marco Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara e sua desvairada proposta de “cura gay”; os debates sobre a redução da maioria penal... a lista segue.

Quando os novos estádios de futebol foram ficando prontos e inaugurados antes da Copa das Confederações, ninguém se surpreendeu ao vê-los como alvo de manifestações contra o gasto de dinheiro público para a realização de uma Copa que em 2007 havia sido prometida como “a Copa da iniciativa privada”, mas que, efetivamente, tem se mostrado como “a Copa para a iniciativa privada”. O trabalho relativamente invisível da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas (ANCOP) desempenhou papel importante na conscientiza-

ção e mobilização das comunidades afetadas por esses megaeventos (VAINER, 2013). A ação extrema da PM na desocupação do Museu do Índio, ao lado do Maracanã, é apenas um exemplo dentre muitos. Já nos primeiros jogos realizados entre clubes brasileiros nos novos estádios, rapidamente viu-se o aparecimento da velha violência que permeia nossas torcidas organizadas em seu confronto entre si ou com a Polícia Militar. Nas “Arenas” novinhas em folha e pagas com recursos públicos, a plateia do espetáculo continua sendo (mal)tratada como gado e reagindo como *hooligans*.

No “capítulo à parte” da corrupção, o ano de 2012 foi marcado por uma superexposição espetacular nos grandes meios de comunicação do julgamento do mensalão, cujo ápice coincidiu magistralmente com a realização das eleições municipais, em outubro. Nunca antes – nem depois –, o Supremo Tribunal Federal (STF) teve tanto destaque midiático quanto neste episódio, alçando os ocupantes de suas cadeiras o *status* de *pop stars* do mundo da Justiça. Foram convertidos em heróis e anti-heróis de uma espécie de novela, série de TV, de um *Big Brother* da política.

Quando os culpados em primeira instância não foram colocados imediatamente atrás das grades – dado que legalmente o processo ainda seguia em aberto – muitos “fãs” deste ou daquele juiz ficaram revoltados com o anticlímax da Ação Penal 470. Como já ocorria desde 2005, também nas redes sociais o processo do chamado mensalão apareceu como um dos principais temas, acrescido de outros episódios como a CPI do Cachoeira (terminada em pizza), a eleição sob protestos de Renan Calheiros (PMDB) para a Presidência do Senado e a máfia do Metrô nos governos do PSDB em São Paulo. As redes sociais então canalizaram largamente esta indignação geral, tanto à direita quanto à esquerda.

O fato de que, nas eleições de 2012, o Partido dos Trabalhadores não sofreu perda de poder sob bombardeio

mediático em torno do julgamento do mensalão, mas, ao contrário, passou a governar também a maior cidade do país, certamente contribuiu para um acúmulo ainda maior de frustração para grupos como o Canseil, o Endireita Brasil, e certa intelectualidade reunida em centros de formulação política como o Instituto Millenium e a Casa das Garças. É importante frisar que estas pessoas também estiveram nas ruas em junho, muitas delas cantando o hino nacional e entoando o coro de “fora Dilma”.

O próprio estopim mobilizador dos acontecimentos, o Movimento Passe Livre (MPL), remonta ao processo de encontros de articulação antes e durante o Fórum Social Mundial (FSM), às lutas contra a liberalização econômica e especificamente ao ano de 2005, quando em Salvador (Revolta do Buzu) e em Florianópolis ocorreram fortes manifestações contra o aumento da passagem de ônibus e pelo passe livre (ROMÃO, 2013). Várias outras manifestações do MPL ocorreram antes de 2013, sem, no entanto, terem aparecido na grande mídia ou sem capacidade de ampliação e envolvimento de outros setores sociais.

Desde junho, muitas análises e debates já foram feitos sobre as manifestações. Antes de qualquer coisa, é importante reconhecer que uma das principais consequências das manifestações é que houve um reacendimento do debate público no Brasil, um rompimento de certa apatia. Seja na universidade, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas redes sociais, na imprensa, nas rodas de bar... em todos os espaços que foram “pegos de surpresa” pelos acontecimentos a partir de junho, há novamente uma discussão sobre os rumos do Brasil acontecendo. Isso é positivo.

Sabemos, por meio destas reflexões, que um dos principais elementos em questão tornou-se a atuação das polícias no Brasil. Foi por conta do excesso policial na repressão às manifestações, atingindo inclusive funcionários de grandes veículos da imprensa, que a pauta da redução da tarifa dos transportes ganhou a solidariedade de uma grande parte da população que foi às ruas e da opinião pública que então passou a apoiá-las. A constrangedora virada no discurso da grande mídia sobre as manifestações se deveu à repressão policial, não ao reconhecimento do mérito das suas reivindicações. O problema de fundo que este episódio trouxe à tona foi a brutal realidade da repressão policial que percorre cotidianamente as periferias brasileiras e a

decadência do nosso sistema prisional.

Já desde antes, mas sobretudo após a onda de ataques do PCC⁹ em 2006, a ordem para as PMs, ROTAs, BOPEs e assemelhados é “atirar primeiro e perguntar depois”. Há uma abundância de invisíveis “Amarildos” e “Douglas” – inocentes mortos diariamente em ações policiais. Segundo Vieira (2013):

[...] os dados da violência no Brasil nestas duas décadas são alarmantes. Oficialmente, mais de 900 mil pessoas foram vítimas de homicídio doloso entre 1990 e 2011. Se somarmos as cerca de 130 mil mortes não contabilizadas, conforme detectado por pesquisa do Ipea, mais de 1 milhão de pessoas foram vítimas de homicídio nessa nossa guerra cotidiana. Número, aliás, muito superior às baixas americanas na Guerra do Vietnã, ou mesmo as mortes provocadas na Guerra do Golfo, ou no conflito Israel/Palestina, que já dura mais de seis décadas. (VIEIRA, 2013)¹⁰

Até mesmo as diversas denúncias apresentadas contra o Brasil pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU parecem incapazes de pressionar por mudanças efetivas nessa realidade. Num tal contexto, as forças de segurança pública e o sistema carcerário foram algumas das instituições que passaram à margem do “ciclo virtuoso” dos últimos dez anos: continuam com uma cultura militar herdada da ditadura; continuam mal remuneradas; são sucateadas; são altamente burocratizadas; e continuam com um viés essencialmente repressor, que viola sistematicamente os direitos humanos dos cidadãos, principalmente dos pobres e dos negros. A violência se banalizou no nosso país, tornou-se cotidiana e a sua verdadeira raiz, a desigualdade social (não apenas econômica), continua sendo um problema profundo da sociedade brasileira (CACCIA BAVA, 2013)¹¹, ainda que se tenha mitigado a pobreza extrema.

Junho: múltiplas pautas, múltiplas identidades (Marcelo Camargo/ABr)



Após cerca de 20 anos de democracia, este Brasil que se pretende protagonista da grande cena internacional tem o dever de repensar radicalmente sua cultura política de segurança pública e modificar a percepção hoje amplamente disseminada de que a polícia é a expressão concreta da opressão geral do Estado sobre os cidadãos. (BERRÓN, 2013)¹²

Não é por outro motivo que a polícia está entre as instituições que menos tem a confiança da população brasileira. Dados de recente pesquisa¹³ elaborada pela Faculdade de Direito da FGV indicam que 77% da população com renda inferior a dois salários mínimos (R\$ 1.356,00 em valores de 2013) não confia na atuação da polícia. Já entre a população com nível de renda entre dois e dez salários mínimos, o grau de desconfiança varia entre 65% e 63%. Esta descrença atinge 59% da população com renda acima de 10 salários mínimos. Ou seja: quanto menor a renda, maior a desconfiança na polícia. Outras importantes instituições da nossa democracia engrossam o coro da falta de confiança: o Judiciário com 42% de confiança da população, o Governo Federal com 40%, as emissoras de TV com 33% de confiança, vizinhos, 30%, Congresso Nacional com 22% e os Partidos Políticos em geral com míseros 5% de confiança.

“Não é por 20 centavos”

Se a repressão desmedida da polícia foi talvez o grande elemento catalizador de diversas causas em solidariedade ao Movimento Passe Livre, o grande salto qualitativo que as manifestações deram foi resumido na frase “não é por 20 centavos”. Quando as manifestações pela queda da tarifa atingiram tamanho e força suficiente para parar as nossas já paradas cidades, abriu-se a possibilidade de estabelecer um debate mais profundo sobre nosso modelo de desenvolvimento. O MPL aceitou o desafio e enfrentou debates na mídia e com as autoridades públicas, pautando que a questão ia além dos 20 centavos. Colocou-se em questão todo o modelo de mobilidade urbana, o poder das empresas de transporte, a questão do financiamento das empresas a políticos, a repressão da PM etc.

No “país de todos”, uma parcela significativa da sociedade (à direita e à esquerda) expressou que não toma parte neste projeto e que não o fará simplesmente porque o aumento da tarifa foi cancelado. Houve ali um autêntico momento de *desentendimento* político na sociedade brasileira – seguindo aqui a linha analítica proposta por Jacques Rancière (1996)¹⁴ –, que ultrapassou a mera demanda econômica e questionou a direção e os valores da nossa própria convivência social, do nosso próprio modo de vida. Naquele momento, entrou em xeque o pacto social dos últimos dez anos.

Entrou em xeque porque a população agora exige mais. Quer um Estado a um só tempo mais presente e mais efi-

ciente, com mais e melhores serviços públicos (e nesse sentido, se distancia das soluções políticas neoliberais). Quer ver respeitados no dia-a-dia os Direitos que lhe são garantidos na Constituição. As manifestações expuseram, com toda a clareza, que diversos dos problemas estruturais históricos do país permanecem por resolver e que, para superá-los, será preciso mexer em fortes interesses político-econômicos arraigados tanto no setor público quanto no privado. E é aí que mora o grande desafio.

Como frequentemente ocorre em manifestações de protesto, as ruas foram tomadas em larga medida pela juventude. Como frequentemente também ocorre, não tardou para que logo fossem chamados pelos grandes meios de comunicação de “rebeldes sem causa”, “estudantes desocupados” ou simplesmente “vândalos, baderneiros”. No caso das manifestações de junho, porém, um novo elemento entrou em cena, qual seja, o fato de que os manifestantes não eram – na sua maioria – vinculados às tradicionais organizações do movimento estudantil, do movimento social ou sindical ou ainda das juventudes partidárias. As próprias forças da esquerda institucional tardaram muito a entender o que estava acontecendo e a “dar o braço a torcer” para a importância das mobilizações.

Ausência de bandeiras, carros de som ou líderes de pa-lanque; recusa aos partidos políticos e à institucionalidade; e palavras de ordem descontraídas e jocosas escritas em improvisados cartazes individuais do tipo “*saímos do Facebook!*”, “*desculpem o transtorno, estamos mudando o país!*”, ou ainda “*ah, mas que vergonha, o busão tá mais caro que a maconha!*”, marcaram ainda mais a distinção de cultura política com relação às práticas da esquerda tradicional (e da própria direita). Não cabe aqui julgar se as manifestações iniciadas em junho foram mais ou menos politizadas do que outras; cada contexto tem suas particularidades e toda forma de conflito é relevante em si mesma.

Se seguirmos na linha analítica proposta por Rancière, temos que os processos pelos quais os indivíduos aparecem politicamente estão diretamente ligados à dimensão sempre histórica da experiência de vida e colocam em evidência – através do conflito – existências que antes não eram reconhecidas pela ordem vigente. Essas variadas formas de encenação pública dos conflitos são chamadas de *modos de subjetivação política*.

Por modos de subjetivação vamos entender a produção de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num dado campo de experiência, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. (RANCIÈRE, 1996, p. 47-48)

A partir de junho, portanto, ficou aparente na cena pública um grande descompasso nos *modos de subjetivação*

política daqueles que estão no jogo político institucional e dos que não estão (e que possivelmente nem queiram aí estar), provocando um *desentendimento* de grandes proporções que reconfigurou o atual campo da experiência política brasileira.

A dificuldade dos prefeitos, governadores e governo federal em lidar com a situação, apelando para a violência policial como resposta aos anseios democráticos, é um sintoma desse descompasso. Assim como também o é a dificuldade da sociedade civil institucionalizada em movimentos sociais, sindicatos e ONGs em dialogar com as formas não institucionais de se fazer política.

Algumas vezes diferenças nos *modos de subjetivação* correspondem a diferentes experiências geracionais, principalmente quando o contexto histórico apresenta grandes mudanças. Talvez não seja descabido propor a hipótese de que, no Brasil, as manifestações de junho colocaram em cena certa geração nascida no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que não viveu nem a Ditadura, nem a Guerra Fria, nem as “Diretas Já!”, que não foi “Cara Pintada” no *impeachment* de Collor; que não “viu” nenhuma das três derrotas de Lula à Presidência. É em grande medida uma geração nascida no mundo com Internet e celular; com capitalismo financeiro globalizado; com guerra ao terror; e, por fim, uma geração que amadureceu com

o PT no poder, mas sendo acusado de corrupção como qualquer outro partido, o que reforça a percepção de que são todos “farinha do mesmo saco”, afastados da população comum e preocupados apenas com seus negócios partidários (BRUM, 2013)¹⁵.

A presidente Dilma Rousseff, a quem de fato coube dar uma resposta política às manifestações para além da redução da tarifa, reagiu de forma interessante. Propôs medidas de longo alcance, algumas das quais, como a destinação dos *royalties* do Pré-Sal para a Educação e Saúde e o programa *Mais Médicos*, foram exitosamente aprovadas; e outras, como a Constituinte para a Reforma Política, que foram capturadas por manobras processuais no Congresso Nacional (note-se de passagem que o PT é um dos únicos partidos que defende o financiamento público de campanhas eleitorais) e praticamente não obtiveram destaque nos grandes meios de comunicação, um sinal que evidencia o pesado jogo de interesses que esta proposta então ameaçava.

Apesar de responder com uma proposta de reforma política que toca em diversos dos principais problemas expostos nas manifestações – dentre eles o crucial tema do financiamento público de campanha – praticamente não houve sintonia entre as ruas e a Presidência, entre o campo não-institucional e o institucional. Sobre este ponto

Marcelo Camargo/ABr



específico, a interpretação de Garcia dos Santos (2013)¹⁶ nos parece precisa:

Dilma deu uma resposta política que era absolutamente crucial, porque respondeu a uma demanda de poder dos movimentos nas ruas, com algo que ampliava a participação em poder. E foi interessantíssimo, bastante elucidativo, porque, ao fazer essa proposta, os conservadores e a classe política inteira se mobilizaram para boicotá-la, primeiro para transformá-la em um plebiscito para que nada acontecesse. Esses setores estão no seu papel, quem não está em seu papel são os manifestantes, que pediam mais poder e, quando você tem a autoridade máxima do Estado acenando e dizendo: “Vamos nessa?”, o outro lado não responde. Não houve manifestações para isso e nem um entendimento sobre o que significava esse gesto. Os setores da direita imediatamente souberam ler o que estava em jogo, e os manifestantes não souberam. (GARCIA DOS SANTOS, 2013)

Como aponta Ortellado (2013)¹⁷, os eventos que se desenvolveram a partir de junho evidenciaram uma experiência de busca por resultados concretos e também de intensas práticas de processos políticos autônomos pautados pela democracia direta e a horizontalidade. No que diz respeito aos resultados, “nos momentos finais da campanha contra o aumento das passagens, a luta foi tomada de assalto pela difusão de pauta. Quando o aumento foi revogado, a agitação permaneceu órfã e a difusão de pauta se apoderou de vez do processo”.

A partir deste momento, manifestações diversas, esparsas e fragmentadas tomaram conta da cena. Os grupos *black blocs* se incorporaram às manifestações e passaram a ganhar destaque na grande imprensa que tradicionalmente usa a questão da violência estratégica e do anonimato destes grupos para tirar o foco dos reais problemas que movem as manifestações. Tem sido assim há muito tempo, no Brasil e no exterior. Também a partir da revogação do aumento das tarifas, as mobilizações passaram a ocorrer principalmente nas periferias e tornou-se mais frequente o bloqueio de estradas, voltando ao centro do debate a violência policial.

Talvez seja possível afirmar, seguindo a linha aberta por Garcia dos Santos, que o movimento pode ter ficado com o “pequeno” resultado vitorioso (a revogação do aumento das passagens) e deixado de conquistar o grande resultado que estava ao alcance das mãos (a reforma política). Ainda assim, há sem dúvida importantes legados das manifestações de junho, julho, agosto, setembro... Processos políticos importantes de democracia direta e anticapitalismo foram renovados; novos atores que não se vinculam às forças políticas tradicionais da esquerda apareceram na cena pública; abriu-se um interessante campo de reflexão sobre a política e as redes sociais; o debate sobre a polícia se tornou visível novamente; o modelo de

desenvolvimento do Brasil e a nossa própria democracia foram questionados em suas contradições estruturantes.

Os limites do pacto social de 2002 estão hoje expostos para quem quiser ver. É difícil dizer até que ponto a política institucional será capaz de se conciliar com as demandas e práticas das ruas e das redes, mas o certo é que os rumos que a sociedade brasileira seguirá no futuro próximo terão algumas de suas raízes nas manifestações que começaram em junho de 2013.



Notas e referências bibliográficas

² BRAGA, Ruy. Entre a fadiga e a revolta: uma nova conjuntura. In: *Blog Boitempo Editorial*. São Paulo, 17 de junho de 2013.

³ TEIXEIRA, A. C. C. et alii. Conselhos e Conferências Nacionais: o que são, quantos existem e para que servem. Pesquisa “*Arquitetura da Participação*” realizada por Inesc e Pólis entre 2010 e 2011. In: *Portal Reforma Política*. Segunda-feira, 26 de Novembro de 2012.

⁴ ROMÃO, Wagner de Melo. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. In: *Boletim de análise político-institucional*. Ipea, Brasília, 2º semestre de 2013.

⁵ A este respeito, ver: Institute for the Future, App4Gov: <http://www.iftf.org/app4gov/>.

⁶ VAINER, Carlos. Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos. Mimeo. 24 de junho de 2013.

⁷ SOUSA SANTOS, Boaventura de. Entrevista com Boaventura Sousa Santos. In: *Folha de S. Paulo*, 26 de outubro de 2013.

⁸ OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista com Chico de Oliveira. In: *Folha de São Paulo*, 9 de novembro de 2013.

⁹ PCC – Primeiro Comando da Capital.

¹⁰ VIEIRA, Oscar Vilhena. Polícia de lei. In: *O Estado de S. Paulo*, 3 de novembro de 2013.

¹¹ CACCIA BAVA, Silvio. As vítimas de repressão. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição 76, novembro de 2013.

¹² BERRÓN, Gonzalo. Política, Polícia e Black Blocs. Mimeo. São Paulo, outubro de 2013.

¹³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Pesquisa do ICJ Brasil avalia confiança nas instituições do Estado. In: *FGV Notícias*: <http://fgvnoticias.fgv.br/pt-br/noticia/pesquisa-do-icjbrasil-avalia-confianca-nas-instituicoes-do-estado>. Novembro, 2013.

¹⁴ RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento – política e filosofia. São Paulo, Ed. 34, 1996.

¹⁵ BRUM, Eliane. Dois Josés e um Amarildo. In: *El País*. 26 de novembro de 2013.

¹⁶ GARCIA DOS SANTOS, Laymert. É preciso entender as redes e as ruas. Entrevista com Laymert Garcia dos Santos. In: *Revista Fórum* 127, outubro de 2013.

¹⁷ ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: *Carta Capital*, 27 de outubro de 2013.

Fotos para jogar luz na cidade





Coletivo de Fotografia Expandida¹

O Coletivo de Fotografia Expandida nasceu de uma série de encontros entre estudantes, pesquisadores, fotógrafos, artistas e ativistas com especial interesse nas transformações urbanas que vêm ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro.

A chamada “revitalização” da área portuária da cidade é tratada com olhar crítico pelo grupo. A atuação conjunta entre poder público, empreiteiras e construtoras é vista como uma aceleração do processo de gentrificação, justificada principalmente pela desastrosa chegada de mega-eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Ao contrário da imagem de completo abandono vendida pelo projeto de cidade global e apesar da precariedade de serviços públicos e infraestrutura, a região portuária carioca é rica em história e cultura - com destaque para a cultura afro-brasileira, já que se trata do local onde desembarcavam os escravos trazidos para trabalhar na cidade e na região.

Com o intuito de contribuir com a visibilidade da vida e do cotidiano de seus habitantes, o Coletivo buscou nas práticas alternativas de fotografia uma forma lúdica e crítica de compor novos imaginários em constante diálogo com a potência dos que vivem em luta para permanecer em meio às reformas urbanas impostas.

Entre técnicas e temas a serem retratados, um contraste é ressaltado: existe um abismo entre as imagens. De um lado, um ímpeto de resistência. De outro, a insistência na conformação, pixels cruzando com grãos. Por fim, nenhuma composição nos parece perfeitamente simétrica e uniforme diante da complexidade que se impõe.



Novas imagens, novos olhares

O conceito de fotografia expandida, (ou fotografia experimental, manipulada, criativa, híbrida, precária, entre outras denominações) está centrada na experiência do fazer e nos procedimentos utilizados pelo artista.

Como define o pesquisador Rubens Fernandes Jr., “A fotografia expandida é uma possibilidade de expressão que foge da homogeneidade visual repetida à exaustão. Uma espécie de resistência e libertação. De resistência, por utilizar os mais diferentes procedimentos que possam garantir um fazer e uma experiência artística diferente dos automatismos generalizados; de libertação, porque seus diferentes procedimentos, quando articulados criativamente, apontam para um inesgotável repertório de combinações que a torna ainda mais ameaçadora diante do vulnerável mundo das imagens técnicas.”²

Os encontros e oficinas na área do porto do Rio – sejam ou não promovidos com moradores, não importando a idade dos participantes – desperta novos olhares sobre a região.

¹ O coletivo é formado por: Ed Sartori, Felipe Nin, Henrique Zizo, Julia Botafogo, Luiza Cilente, Rhenan Amaral e Nuyddy Fernandez. Assim como no caso deste texto, a autoria das imagens não é atribuída individualmente. Para saber mais e entrar em contato, acesse: <http://fotoexpandida.wordpress.com/>

² Acessível em: <http://issuu.com/arteeducadora/docs/docs8/10>





Do viaduto da Perimetral, que está sendo demolido, ao antigo casario do bairro: documentação na região portuária revela as modificações que alteram o Porto e afetam toda a cidade



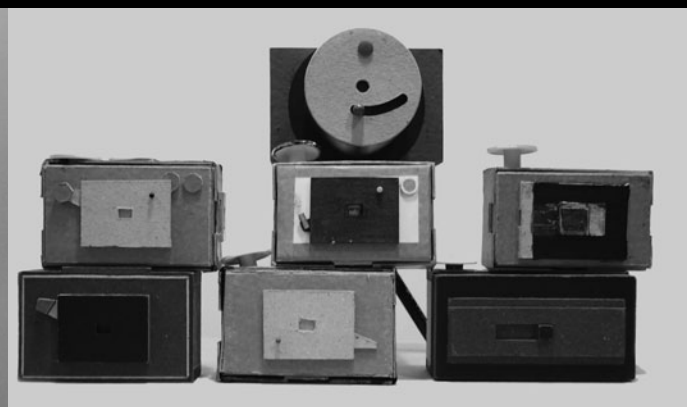
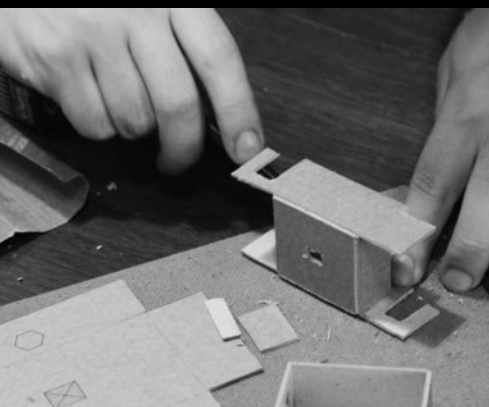




Outra legenda Berovitione nobis estrum esti testium
cus dolupti scimodis remoluptatem aborior magnam
eos as respere mint est omnimpo reprorp orerunt diae
litas in cus nihiciati tecea num non res et hillupta nobis



Coletivo na seleção de imagens e montagem exposição
no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim),
Rio de Janeiro – RJ, 2012



Passo-a-passa para câmeras feitas à mão: habilidade e
técnica no artesanato que garante o registro de muitos
tons. A luz passa por um minúsculo buraco de alfinete,
gravando as imagens no fundo das caixinhas.



Mulheres jovens em marcha por direitos e contra preconceitos (Wilson Dias/ABr)

Lutas e estratégias de jovens feministas

Julia Paiva Zanetti¹

¹Cientista social com mestrado em Educação, no qual defendeu a dissertação *Jovens Feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro* (2009).

No Brasil, somente a partir de meados da década de 1990, jovens começam a ser vistos como sujeitos de direitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares e passam a se organizar a partir da sua condição juvenil. No entanto, apenas no início dos anos 2000 é possível perceber grupos organizados articulando juventude e feminismo (que, por sua vez, já estava presente no cenário brasileiro havia décadas). Desde então, esses grupos se articularam local e nacionalmente, entre as inúmeras iniciativas: pode-se destacar o Fórum Cone Sul de Jovens Mulheres Políticas – Espaço Brasil e a Articulação Brasileira de Jovens Feministas, assim como as atividades promovidas principalmente por estes dois coletivos em preparação às Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que qualificaram a participação e garantiram algumas conquistas a este segmento.

Nos últimos anos, os coletivos nacionais de jovens feministas parecem não estar mais tão articulados, porém suas conquistas seguem se fazendo presentes, especialmente na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) que, no final de 2011, constituiu um grupo de trabalho (GT) formado por gestoras(es) públicas(os) e jovens mulheres representantes da sociedade civil organizada. De acordo com a página eletrônica da Secretaria, este GT “tem por objetivo discutir ações específicas para assegurar a inclu-

são e autonomia dessa parcela da juventude brasileira”² e participou da construção do 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, realizado em junho de 2013 pela SNJ em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Educação e a ONU Mulheres. Estiveram presentes neste evento representantes de diferentes movimentos sociais ligados à pauta de juventude e gênero, pesquisadoras(es), gestoras(es) municipais, estaduais e federais, discutindo questões como educação, trabalho, saúde, desenvolvimento sustentável, cultura, comunicação, participação, violência, entre outros.

Para além dos espaços nacionais e institucionalizados, as jovens feministas seguem ativas em diversos coletivos e mobilizações por todo o país. No Rio de Janeiro, por exemplo, algumas experiências têm sido bastante exitosas, algumas mais recentes (como o BeijATO³ ou a Pagu-Funk⁴ que há poucos meses fazem parte do cenário do feminismo fluminense), ou experiências que já contam com alguns anos de atuação, dentre estas, três serão destacadas aqui⁵: o Roque Pense! (que está na sua segunda edição, pautando a cultura antissexista na Baixada Fluminense); a Marcha das Vadias (que também acontece em várias cidades do Brasil e do mundo, que há três anos reúne mulheres e alguns homens, majoritariamente jovens,

pautando especialmente a questão da violência contra a mulher); e o Núcleo de Juventude da Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA (que há mais de 10 anos atua na formação de jovens feministas, priorizando as jovens de camadas populares).

O Roque Pense! é um coletivo de cultura antissexista iniciado em 2011 na Baixada Fluminense, que atua contra a discriminação pelo sexo no universo da música e da cultura urbana. De acordo com sua página eletrônica⁶, este tem como missão promover atividades artísticas e culturais em que as mulheres sejam protagonistas e possam se expressar, instrumentalizar-se e desenvolver suas habilidades, fazer intercâmbios e criar referências através do rock, dos fanzines, da produção cultural e da cultura digital. Suas ações acontecem articuladas ao calendário de lutas pelos direitos das mulheres, a principal delas é o Festival Roque Pense!, que em 2013 teve sua segunda edição.

A Marcha das Vadias teve início no Canadá em resposta à declaração de um policial de que as mulheres seriam vítimas de ataques sexuais porque se “vestiam como vagabundas”. A partir desse fato, inúmeras manifestações surgiram em todo o mundo e em várias cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, em 2013, foi organizada a terceira edição da Marcha em Copacabana, sempre pautando a questão da violência e do respeito ao corpo feminino que caracteriza o movimento internacional, mas também reivindicando outras questões, como a legalização do aborto e direitos de transexuais, travestis e prostitutas.

Por fim, a Camtra foi fundada em 1997 e, de acordo com sua página eletrônica⁷, tem como objetivo ir ao encontro de outras mulheres com a perspectiva de colaborar para o fortalecimento de sua autonomia e despertá-las para a importância de sua participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desde 2000, funciona na instituição um Núcleo de Mulheres Jovens que nasceu a partir da vontade das jovens que trabalhavam na Camtra de transmitir o que aprendiam e, simultaneamente, aprender com outras jovens, por meio de sensibilização e formação permanente de novas lideranças feministas. Entre outras ações, realiza anualmente o curso *Mulheres jovens*

na defesa de seus direitos, que está na quinta edição.

Assim como foi constatado em outras pesquisas, por exemplo, a *Juventude e Integração Sul-Americana* (ABRAMO, 2008)⁸, a identidade juvenil não se revela como um ponto de partida para a Marcha das Vadias e o Roque Pense!, ainda que ambas tenham um público e uma linguagem predominantemente juvenil. De acordo com pesquisa realizada pelo Ibase na Marcha das Vadias do Rio de Janeiro em 2012, das 102 pessoas entrevistadas, 66% tinha entre 15 e 29 anos e 68% eram do sexo feminino. Ainda que não haja um levantamento semelhante no Roque Pense!, uma de suas fundadoras relata que a grande maioria do público tem entre 20 e 30 anos e conta com uma expressiva participação masculina. O núcleo de jovens da Camtra, por sua vez, é o único que tem sua ação marcada pela afirmação da condição juvenil - e em suas principais atividades restringe a participação a mulheres entre 15 e 29 anos. No entanto, é a experiência que man-



Batucada feminista na Marcha Mundial de Mulheres/SP (Elaine Campos/CF8)



(Danilo Sergio/divulgação Roquepense!)

tém contato mais permanente com diferentes grupos do movimento feminista.

A participação masculina em ações feministas tem sido uma questão frequentemente apresentada por grupos de jovens para o movimento feminista como um todo e que ainda encontra resistências nos espaços em que predominam as feministas de outras gerações. Uma das fundadoras do Roque Pense! relata que uma vez um dos participantes do coletivo foi a uma reunião mais ampla do movimento e teve a impressão de uma recepção pouco amistosa: “fizeram um carão”, enquanto a ela pareceu indiferente, “não deram bola pra gente”. Neste contexto, a entrevistada afirma que o coletivo se aproximou mais da Marcha das Vadias: “a Marcha é legal porque como tem menino no nosso grupo...”

Outro aspecto a ser considerado na militância das jovens é o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) como aliadas para as suas lutas dentro e fora do movimento. Internamente, articuladoras da Marcha das Vadias relatam se sentirem mais livres e com mais abertura para se expressar na internet, uma vez que, de acordo com a fala de uma delas, “é difícil que pessoas novas com ideias novas cheguem e tenham espaço”. Outra delas afirma que “não formamos quadros ao longo dos últimos trinta anos. Eles estão sendo formados agora, com a internet, mas eu acho que a galera ‘das antigas’ está meio perdida”.

Associadas às estratégias tradicionais do mundo offline, as NTICs parecem também estar possibilitando novas formas de adesão, promoção e a ampliação da circulação do ideário feminista. E-mails, blogs e redes sociais têm servido para organização, divulgação e visibilidade de eventos, discussões temáticas, relatos de situações de violações e muitas vezes de solidariedade às vítimas, ou circulação de imagens e frases com questões enfrentadas por mulheres que não aceitam os lugares tradicionalmente atribuídos a elas⁹. Têm sido também um espaço de denúncia e pressão em relação a conteúdos ofensivos ou que incitam a violência contra as mulheres, que circulam nos meios de comunicação corporativos, presentes principalmente em campanhas publicitárias ou manchetes de tabloides. Em alguns casos, já obteve resultados, como a suspensão da circulação do material e/ou retratação pública por parte das empresas.

É interessante notar que, mesmo não havendo um fórum formal, as jovens feministas circulam entre os diferentes coletivos que também se articulam e fortalecem mutuamente, tanto nas ações offline como no compartilhamento de conteúdos online.

Com características muito distintas, essas três experiências oferecem um rápido panorama das iniciativas que estão em andamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, assim como possibilitam perceber alguns desa-

fios que continuam sendo encontrados pelas jovens no contexto mais amplo do feminismo. Enquanto pautas, as questões mais frequentes passam por uma educação e cultura não sexista, defendidos pela Camtra e pelo Roque Pense!, e por questões relacionadas ao direito ao próprio corpo, que caracteriza a Marcha e que está também entre as questões trabalhadas pela Camtra, na qual se coloca como central o direito da mulher ao livre uso do seu corpo e o exercício da sua sexualidade sem que isso justifique qualquer tipo de violência.

Por meio de expressões culturais como o Roque Pense! (ou PaguFunk), performances ousadas e irreverentes como a Marcha das Vadias (ou BeijATO) ou investindo sistematicamente na formação de novas militantes como a Camtra, para ficar nas experiências citadas aqui, as jovens feministas continuam ocupando espaços institucionalizados, mas também militando nas ruas e nas redes online, se organizando, fazendo suas reivindicações das mais variadas formas e lutando contra o sexismo e outras formas de discriminação.



Notas e referências bibliográficas

² Disponível em http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/06/06-06-2012-snj-promove-segundo-encontro-dogt-jovens-mulheres/?searchterm=jovens%20mulheres, acessado em 11/11/13.

³ De acordo com sua comunidade no Facebook, “o BeijATO é um coletivo transfeminista LGBTTTIQ que atua contra o machismo, o racismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a mononormatividade”, que se iniciou na organização de um beijaço durante da Jornada Mundial da Juventude (Católica). Mais informações em <https://www.facebook.com/pages/BeijATO/361158757321077>.

⁴ Grupo de funkeiras feministas que cantam o cotidiano das mulheres da periferia. Mais informações: <https://www.facebook.com/pages/Pagufunk/468089916620550>.

⁵ Boa parte das informações aqui apresentadas sobre estas iniciativas foram investigadas no contexto de estudo de caso Gênero e novas tecnologias (Zanetti, 2013), que faz parte da pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas, realizada pelo Ibase entre fevereiro de 2012 e junho de 2013. Disponível em http://issuu.com/ibase/docs/ibasejuventude_relatorio2, acesso em 12/11/13.

⁶ <http://roquepense.com.br/qual-e-a-nossa/>

⁷ <http://camtra.org.br/>

⁸ ABRAMO, Helena. W. Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude. In: Ser joven en Sudamérica. Diálogos para la construcción de la democracia regional. Santiago: Ibase, PÓLIS e Ediciones CIDPA, 2008.

⁹ No Facebook, por exemplo, existem inúmeras páginas voltadas para temáticas feministas, em geral com imagens com textos breves sobrepostos, tais como a “Não aguento quando...”, que publica regularmente frases que iniciam desta forma e continuam com alguma frase ou atitude do cotidiano que reforça algum preconceito em relação às mulheres; ou então, a “Moça, você é machista”, que apresenta uma pergunta sobre uma situação machista seguida do nome da comunidade.



Jovem de terreiro em festa para Iemanjá (Fabio Rodrigues/ABr)

Juventude de Terreiro: tradição e resistência

Marta Almeida e Wesley Máximo¹

¹ Marta Almeida é participante da Caminhada de Terreiro-PE e Wesley Máximo é integrante da Rede de Juventude de Terreiro- PE.

A partir da segunda metade da década de 1990, o tema da juventude começou a ganhar projeção e complexidade no espaço público brasileiro, ganhando espaço especial entre as preocupações da sociedade. A juventude era identificada ora como vítima, ora como protagonista de problemas sociais. Então surgiram múltiplos projetos de ação focando questões como desemprego; doenças sexualmente transmissíveis; gravidez indesejada; drogas e violência.

A juventude brasileira representa aproximadamente 30% da população, mais de 50 milhões de cidadãos. No Brasil, a formulação de política para os jovens foi impulsionada pela criação da Secretaria Nacional de Juventude (2005) pela realização das Conferências Nacionais de Juventude (2008 e 2011) e pela aprovação do Estatuto da Juventude (2013), que regulamenta os direitos dos jovens (população entre 15 e 29 anos) e cria o Sistema Nacional de Juventude.

Neste contexto, assessorias, coordenadorias, secretarias e programas foram criados e passaram a ter como desafio desenvolver políticas, considerando as especificidades da juventude brasileira, sem perder de vista sua acentuada diversidade. Isto inclui reconhecer, como já apontava o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (2006):

Nunca houve tanta integração globalizada, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão. O agravamento da desigualdade social, somando a amplitude ao ritmo das mudanças tecnológicas, produz nos jovens “medo de sobrar”. Entretanto, são os jovens mais pobres do sexo masculino, negros e moradores das favelas e periferias urbanas os mais atingidos pelo “medo de sobrar”, assim como pelo medo de morrer.²

Nesse contexto, é necessário reconhecer a existência e a força da juventude de terreiro como esteio de uma tradição que leva em conta o respeito à ancestralidade, para que possamos de fato e de direito garantir um futuro de igualdade.

Os movimentos sociais constituíram espaços de cidadania legitimados pela nova Constituição. A carta de 1988 foi um marco no acolhimento das vozes de grupos discriminados, reconhecendo, entre direitos fundamentais, aqueles relacionados às dimensões de raça, gênero, orientação afetivo-sexual e liberdade de expressão e de crença religiosa, dentre outros.

Desde o quilombismo e as revoltas do período colonial, a reinvenção das religiões de matriz africana foi expressão da ação política e da busca da reumanização das condições de existência dos povos negros. É evidente que à

época das senzalas e dos quilombos não se tinha a forma de organização dos terreiros de candomblé atuais. Ou seja, mesmo com as interferências das culturas europeias e ocidentais, a cultura religiosa negra sobreviveu.

Apesar disso, ainda vivemos a falta de respeito, de compreensão e de consideração ao modo de ser do elemento africano e sofremos com a intenção de dominar imposta

pela cultura e valores dos colonizadores europeus. Esta constitui a principal causa das visões distorcidas e concepções errôneas acerca de tudo que se refere às heranças dos povos africanos dispersos pela diáspora, sobretudo às heranças religiosas e aos elementos e fenômenos que constituem a essência das religiões tradicionais africanas e afro-brasileiras.

Vida e tradição afro-brasileira

A natureza é vida e o ser humano é parte criada; a força, a energia e o poder vital para a existência do ser humano se encontram nos elementos naturais, minerais, vegetais, animais e em si próprio. Essa essência vital em energia, em força invisível e sobrenatural, se manifesta e interage com seres humanos na forma divinizada que recebe os nomes de *inkisses*, *vodus* e *orixás*. Através destas energias, os adeptos do candomblé se interrelacionam com o meio sobrenatural, seja por incorporação dessas energias ou por meio de elementos naturais que se originam do divino.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (SEPPIR, 2013-2015):

a invisibilidade dos povos de matriz africana se reflete na ausência de levantamentos e de dados oficiais sobre essa parcela da população brasileira. Os dados desses levantamentos, ainda parciais em relação ao universo Brasil, são relativos a um total de 7.582 casas de tradição de matriz africana.³

Para muitos, a tradição de matriz africana é encarada apenas do ponto de vista do folclore e da fantasia. Compreendemos, no entanto, que a mesma deve ser reconhecida como espaço de resistência cultural, política, social e religiosa. A luta pela igualdade e pelo florescimento da religiosidade é feita da memória, do conhecimento e principalmente da tradição. É neste contexto que surge a Juventude de Terreiro, que tenta resistir ao capitalismo e ao chamado “desenvolvimento” que nos vem adoecendo e até mesmo matando; deixando nossas peles negras e mentes, brancas; fazendo com que tenhamos vergonha de nossa ancestralidade e origem. Baseados em todos os dados e vulnerabilidades conhecidos relativos aos jovens negros e de terreiro, a situação destas juventudes é desvantajosa perante a realidade das demais juventudes.

Compreendemos que é necessário o encontro nacional das juventudes de terreiro, em que possamos apontar diretrizes, propostas, socializar ideias para nos mantermos vivos na força do axé.



Entrevista Marta Almeida

Por Livia Duarte¹

Os terreiros na vida da cidade

Acompanhe trechos da conversa com Marta Almeida, da Caminhada de Terreiros de Pernambuco, uma jovem habitante do Recife. Aqui, ela fala mais sobre os jovens de terreiro e sobre o preconceito da sociedade com relação à religião. Marta comenta ainda sobre o papel dos terreiros no espaço que ocupam nas cidades, muitas vezes em comunidades pobres, e sobre o esforço destas comunidades religiosas para serem incluídas em políticas públicas que possam garantir o direito à religiosidade e o direito à cidade.

Livia Duarte – Quem são os jovens de terreiro, como chegam nesses espaços e nessa religião?

Marta Almeida – Esses jovens geralmente são de comunidades, né? Chegam através de seus familiares, a partir de movimentos sociais ou de cultura afroindígena. Vêm a partir dos afoxés, maracatus, maracatu rural, caboclinhos. Esses são os jovens que vêm pela matriz cultural do terreiro. Outros vêm estudar, pesquisar, conhecer porque ouviram falar. Hoje temos um processo de divulgação da

religião e de fortalecimento dessa juventude. No começo, os jovens tinham vergonha, né? Eles vinham, ficavam ali pelas beiradas. Ou, no caso de muitos outros jovens, conheciam bem, mas tinham vergonha de se expressar, de dizer que são do axé. O movimento do povo de terreiro e o fortalecimento dessa juventude que se viu em necessidade de se articular [politicamente] foi mudando esse processo.

Livia Duarte – Qual a relação dos jovens com uma religião que tem preceitos e ritos ancestrais e sobre a qual há muito preconceito?

Marta Almeida – Esta juventude enfrenta muita discriminação, racismo, intolerância religiosa, ainda é um grupo que está na linha de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo em que muitas vezes não consegue acessar os meios de articulação e fortalecimento de sua religiosidade, ela enfrenta a própria mídia, que é muito forte. Hoje a gente liga a televisão na madrugada adentro e tem os programas que distorcem a religiosidade afrobrasileira

¹ Jornalista da FASE. Com agradecimentos à colaboração de Joana Barros, assessora da FASE.

e afroindígena, assim como vivemos a realidade de programas de televisão dedicados a religiões fundamentalistas que chamam nossa religiosidade de “do diabo”, “do demônio”, como algo feio, perigoso, que não deve estar ali. Ao mesmo tempo, temos toda uma dificuldade de reconhecimento do Estado brasileiro. Estado democrático de direito que tem um Estatuto de Igualdade Racial, que tem lei que garante história e cultura africana no currículo escolar, que reconhece comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, coloca seu braço [repressivo] para ocupar, destruir terreiro. Caçar, porque esta é a palavra. O mesmo Estado reconhece e vulnerabiliza os terreiros, que não são só um lugar de religiosidade, mas de ancestralidade, identidade, referência de vida, uma forma de vestir, comer, pensar, de se expressar nessa sociedade. A existência dos terreiros também colabora para a existência do Estado democrático de direito.

Lívia Duarte - E com relação aos terreiros estarem principalmente em comunidades...

Marta Almeida - Aqui em Pernambuco a gente teve um projeto com a Seppir [Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial] e daí começamos a catalogação, o reconhecimento, o tombamento dos terreiros. Precisamos de políticas públicas para preservar esses lugares, ainda temos muito que avançar nisso. Acredito que haja mais de mil terreiros no estado: apenas da Caminhada de Terreiros, que realizamos todos os anos, participam uns 500 terreiros.

Lívia Duarte - E quanto à especulação imobiliária, que tem afetado as populações de áreas mais pobres e as comunidades em que se localizam muitos terreiros? Como afeta os terreiros especificamente? Tem casos emblemáticos de remoção que afetam os terreiros?

Marta Almeida - Esse é um problema não só do Recife, mas de boa parte do Brasil. Estamos tentando alertar para o que estamos chamando de “desenvolvimento”. A partir da linha do Capital, para que um se fortaleça é preciso destruir o outro, distorcer a imagem do outro. Onde são construídos esses grandes shoppings, estaleiros, as empresas? Onde é? O calo aperta é nas comunidades periféricas e tradicionais! A gente sabe que na hora de fazer retirada das comunidades e de criar especulação, estamos no meio. E mesmo quando há indenização, elas são irrisórias e passam por cima da ancestralidade, da nossa identidade. Como a gente pode admitir que se construa uma casa, um shopping, uma estrada, em cima de um assentamento [que é um espaço sagrado localizado nos terreiros], entende? É nesse dilema e nessa perspectiva que estamos. O terreiro é o lugar também de salvaguarda da identidade, é mais que o corpo religioso, dali vem o porquê eu vestir branco, de onde vem determinada comida. A construção da identidade e do movimento negro faz

parte de um conjunto, dos terreiros junto com a capoeira, das comunidades tradicionais quilombolas, até lá na frente a resistência do samba. Quando a gente fala que vai fazer retorno à África, não é pegar um avião à Nigéria, ao Senegal, ao Benin. É a humildade de deitar numa esteira, depenar uma galinha, pedir uma benção, dar uma benção.

Lívia Duarte - E isso faz os terreiros serem lugares importantes para as comunidades em que estão instalados, não é?

Marta Almeida - Nós temos a Rede de Juventude de Terreiros em Pernambuco, que é para carregar esse legado, e temos também a ACTP [Caminhada de Terreiros de Pernambuco], que faz a marcha em novembro, em que todos os terreiros vão à rua na luta contra a intolerância religiosa, o racismo, os preconceitos, pelos direitos humanos. Assim como outros estados, organizamos e participamos de um fórum interreligioso com este mesmo objetivo de combater os preconceitos. E estamos cada vez mais nos fortalecendo nas lutas das políticas públicas. Pessoas dos terreiros têm participado nos Conselhos, nos fóruns de educação, com intervenção direta nas comunidades com ações de saúde nos terreiros. Estes espaços estão se abrindo para curso de culinária, artesanato, palestras, formação e estamos nos engajando no turismo étnico. Queremos que terreiros estejam abertos à visitação para o povo perder o preconceito e conhecer não só uma religiosidade, mas a cultura e a identidade de um povo. Não é um legado do povo de terreiro, do povo negro. É um legado da sociedade pernambucana e da sociedade brasileira. E um povo sem história não tem identidade! Essa história precisa ser recontada, precisamos ser protagonistas deste processo de empoderamento destas casas de santo. Não é apenas pelo olhar religioso afroindígena, mas do ponto de vista político: qual a contribuição que demos no passado e podemos construir hoje?



Notas e referências bibliográficas

² BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas*. Brasília: Unesco, 2006.

³ BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da igualdade Racial. *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africanas -2013/2015-SEPPPIR*. Brasília, 2013.

Fontes documentais consultadas:

Arquivos do Fórum de Juventude Negra/ENJUNE; Arquivos do CEAP-RJ; Arquivos do Movimento Negro Unificado; Arquivos da Rede de Juventude de Terreiro-PE; Arquivo da Caminhada de Terreiro-PE e Publicações da Oficina Nacional de Elaboração de Políticas públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro. Ministério da Cultura, 2012



Garantia de produção e renda está entre requisitos para manter mais uma geração camponesa (MDA/divulgação)

Jovens gerando renda na agricultura familiar

Paulo Demeter¹

¹ Paulo Demeter é educador popular da FASE Bahia.

A desigualdade ainda se impõe na sociedade brasileira. Em 2010, em torno de 28 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza, das quais 16,2 milhões em situação inaceitável de miséria. Em 2013, o Bolsa Família atendeu 13,8 milhões de famílias e o valor médio de seu benefício mensal foi de R\$ 152,00². Uma parcela significativa da população é excluída do acesso e usufruto a direitos, bens e serviços que deveriam ser universais e disponibilizados por políticas públicas. Essa desigualdade vem acompanhada por um estágio insuficiente de organização das camadas populares e pela ausência de condições de exercício da autonomia na definição de um projeto de desenvolvimento soberano, socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente viável. A exclusão (ou precariedade na inserção) de jovens no mercado de trabalho, especialmente de jovens agricultores familiares, evidencia o nível da desigualdade de oportunidades e de acesso a direitos prevaiente na sociedade brasileira³.

A desigualdade atinge a população de maneira diferenciada e exige ações específicas para cada grupo ou situação. O Censo Agropecuário 2006 e a PNAD IBGE revelam que, para a população rural, alguns indicadores sociais atingem patamares mais negativos do que os verificados em áreas urbanas. Nas cidades, a taxa de analfabetismo

dos maiores de 15 anos é de 7,5%; no campo ela atinge 23,5%; e 3/4 da população não completaram o Ensino Fundamental. A renda média mensal *per capita* rural é de R\$ 360,00, ou 46% da média urbana - que é de R\$ 786,00⁴. A taxa de desemprego entre jovens é 3,2 vezes maior do que a verificada entre adultos⁵. O IBGE, atualizando dados para 2008, atesta que o índice de desemprego entre brasileiros de 15 a 24 anos é de 17,8% em relação aos 22,2 milhões de jovens economicamente ativos. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que “a taxa de desemprego entre os jovens é agravada por variáveis como sexo e raça”⁶. Os jovens de baixa renda estão concentrados no Nordeste (50,9% do total do país), com destaque para o fato de que 37,5% da juventude nordestina é constituída de jovens pobres que vivem em áreas rurais⁷. Em 2012, um quarto das pessoas com idade para trabalhar no Brasil tinha entre 15 e 24 anos. Entre os desempregados, 46% eram jovens⁸.

Na Agricultura Familiar, esta situação de desigualdade torna-se ainda mais emblemática. O Censo Agropecuário 2006 indica que os agricultores familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos rurais (4.139.369), mas ocupavam apenas 30,5% (107,8 milhões de hectares) da área total e eram responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) e por 70% dos ali-

mentos consumidos por brasileiros. Mesmo gerando um VPB de R\$ 677,00 por ha, que é 99% superior ao gerado pela agricultura patronal (R\$ 358,00), a agricultura familiar recebeu apenas 25,3% do financiamento destinado ao campo. Para a safra 2012/2013, o Governo reservou R\$ 115,25 bilhões em crédito para grandes produtores - e apenas R\$ 17,95 bilhões para a agricultura familiar¹⁰.

Na Bahia, onde se localizam 15% do número total de estabelecimentos familiares do país, dados do Censo 2006 revelam que dos 761.528 estabelecimentos rurais existentes no estado, 665.831 (87,43%) foram classificados como familiares, ocupando apenas 34,11% da área, mas garantindo 80,9% das ocupações (1.881.811 pessoas). Apesar disso, somente 49.597 das propriedades familiares (7,44%) recebiam algum tipo de financiamento¹¹.

A Agricultura Familiar responde por 76% da população economicamente ativa no campo. Pobreza, falta de terra e processos de “minifundiarização” somam-se para impedir melhor qualidade de vida. Mais de 60% das famílias não têm documentação definitiva de titularidade da terra em que vivem e trabalham e 57,3% das famílias agricultoras têm, cada uma, áreas de terra menores do que 10 ha. Dados oficiais (IBGE) revelam que 73% das famílias têm renda bruta anual menor do que R\$ 6.000,00 e 46% das famílias são classificadas como pobres, pois têm renda *per capita* menor do que R\$ 140,00 mensais; e 18% delas são identificadas como extremamente pobres, pois sequer conseguem alcançar R\$ 70,00 *per capita*/mês¹².

Portanto criar, apoiar e consolidar alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda para este setor da economia baiana, com ênfase especial na juventude e com atenção redobrada para a inclusão de mulheres jovens, são ações consideradas como prioritárias para a FASE Bahia dentro de sua estratégia geral de fortalecimento do sujeito coletivo Agricultura Familiar.

Jovens agricultores familiares, embora compartilhem de toda a problemática que caracteriza o setor (“minifundiarização” e dificuldades de acesso à terra; entraves logísticos e legais à comercialização de sua produção; masculinização e envelhecimento da população rural; endividamento bancário; insuficiência/má qualidade/ausência de políticas públicas específicas; ameaças causadas pelo avanço do agronegócio e suas monoculturas; contaminação crescente pelo uso de agrotóxicos; dependência de insumos e pacotes tecnológicos externos à propriedade e que causam degradação ambiental), enfrentam desafios bem maiores para se reproduzirem socialmente, conquistarem autonomia econômica, inclusão social e expressão política. Pesquisas revelam que as juventudes rurais têm participação expressiva em fenômenos como migração campo-cidade - e perda da identidade¹³. As mulheres jovens têm sido maioria no contingente dos que migram para as cidades em busca de trabalho e renda. Estudos recentes¹⁴ atestam a importância das

ações de inclusão socioproductiva no enfrentamento da pobreza rural. Portanto é de fundamental importância propor, implementar e ampliar ações concretas que estimulem e viabilizem a permanência inteligente do jovem agricultor familiar no campo, dando especial atenção para as mulheres jovens.

Trajatória da FASE Bahia

Desde 1998, a FASE Bahia vem concentrando suas ações no Vale do Jiquiriçá e no Baixo Sul, priorizando a Agricultura Familiar em 11 municípios inseridos no Bioma da Mata Atlântica - mas com áreas em transição para a Caatinga e zonas onde o clima é caracterizado como Seco e até Semiárido. Trata-se de um espaço envolvido - ainda que de maneira mais atenuada do que outros municípios localizados no coração da “Região Cacaueira da Bahia” - pelos ciclos de ascensão e queda do complexo agroindustrial da monocultura do cacau. Em várias áreas, verifica-se que aconteceu significativo desmatamento com a presença de atividades de pecuária bovina.

Conforme se pode verificar nos quadros a seguir, a situação social e econômica desses 11 municípios revela um contexto de violação de direitos. Em 2010, 36.257 domicílios, praticamente metade (48,96%) dos existentes, eram habitados por famílias com renda mensal inferior ao valor de 1 salário mínimo mensal. O benefício social denominado de Bolsa Família contemplava 34.341 famílias porque a renda *per capita* de cada um de seus integrantes seria inferior a R\$ 70,00 mensais (nos valores atuais). Mas é na zona rural que se verificam situações mais impactantes no que se refere ao bem-estar da população. A legislação brasileira em vigor tipifica a família agricultora como aquela que dispõe de uma área de terra de dimensão equivalente ao intervalo entre 1 e 4 Módulos Fiscais¹⁵. Verifica-se então que a quase totalidade dos estabelecimentos familiares nestes 11 municípios tem área inferior ao limite mínimo de 1 módulo fiscal: trata-se de minifúndios. Isto gera êxodo rural e migrações, principalmente nas camadas mais jovens, inclusive moças; provoca sobre-exploração dos recursos naturais com utilização intensiva da pouca terra disponível; pressiona as nascentes e fontes de água; obriga integrantes da família a buscarem trabalho remunerado fora da propriedade, desagregando famílias e favorecendo relações de trabalho precárias.

Quadro 1 - Indicadores demográficos e de acesso a renda dos 11 municípios

Município	Superfície Territorial (km ²)	População Total ¹⁶	Urbana	Rural	Nº total de domicílios ¹⁷	Nº de domicílios com renda inferior a 1 SM mensal 2010	Nº de Famílias Cadas-tradas ¹⁸	Nº de Famílias beneficia-das pelo Bolsa Família ¹⁹
Presidente Tancredo Neves	413,91	23.857	9.576	14.281	6.509	3.380	4.388	3.541
Teolândia	288,27	14.850	5.068	9.782	3.621	1.813	2.658	2.281
Valença	1.190,38	88.729	64.401	24.328	26.343	11.544	12.691	10.446
Ibirapitanga	470,26	22.610	6.163	16.447	6.332	3.231	4.682	3.391
Cravolândia	159,65	5.042	3.180	1.862	1.464	783	1.130	831
Laje	498,09	22.206	6.082	16.124	6.355	3.303	3.183	2.767
Jiquiriçá	236,26	14.087	5.581	8.506	3.985	2.090	2.799	2.073
Mutuípe	273,32	21.466	9.669	11.797	6.491	3.335	3.368	3.124
São Miguel das Matas	207,45	10.414	3.360	7.054	3.098	1.639	1.354	1.197
Ubaíra	762,40	19.759	8.258	11.501	5.897	3.020	4.033	2.999
Brejões	481,29	14.282	4.937	9.345	3.950	2.119	3.119	1.691
Totais	4.981,28	257.302	126.275	131.027	74.045	36.257	43.405	34.341

Quadro 2 - Indicadores socioeconômicos e fundiários dos 11 municípios

Município	Nº de estabelecimentos rurais 2006	Nº e área total de estabelecimentos rurais de mulheres	Área total ocupada pelos estabelecimentos rurais – em ha.	Média aritmética do tamanho dos estabelecimentos rurais	Média aritmética dos estabelecimentos rurais de mulheres	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários Homens - Mulheres
Presidente Tancredo Neves	3.498	724 / 3.033 ha.	35.767	10,22 ha.	4,19 ha.	7.015 – 3.748
Teolândia	1.925	392 / 3.281 ha.	22.622	11,75 ha.	8,36 ha.	3.364 – 1.580
Valença	6.057	1.311 / 7.569 ha.	66.301	10,94 ha.	5,77 ha.	10.515 – 6.019
Ibirapitanga	1.521	190 / 1.901 ha.	39.634	26,05 ha.	10,00 ha.	4.101 – 1.105
Cravolândia	219	12 / 119 ha.	10.893	49,73 ha.	9,91 ha.	444 - 135
Laje	2.938	751 / 11.662 ha.	40.571	13,80 ha.	15,52 ha.	5.741 – 3.729
Jiquiriçá	2.601	649 / 2.942 ha.	18.608	7,15 ha.	4,53 ha.	4.446 – 1.843
Mutuípe	3.410	894 / 2.945 ha.	21.591	6,33 ha.	3,29 ha.	5.929 – 3.471
São Miguel das Matas	1.195	260 / 1.251 ha.	17.147	14,34 ha.	4,81 ha.	2.219 – 1.231
Ubaíra	3.051	473 / 4.014 ha.	72.362	23,71 ha.	8,48 ha.	5.551 – 2.584
Brejões	684	107 / 916 ha.	34.901	51,02 ha.	8,56 ha.	1.435 - 572
Totais	27.099	5.763 / 39.633	380.397	14,03 ha.	6,87 ha.	50.760 – 26.017

Registre-se ainda que a grande maioria das propriedades familiares foi confinada nas áreas de relevo mais acidentado, o que dificulta não só a atividade produtiva, mas também a existência, qualidade e manutenção de estradas e ramais essenciais para viabilizar escoamento da produção e acesso a serviços públicos. Embora mais diversificada do que a agricultura patronal, predominantemente monocultora (ou dedicada à pecuária bovina), as propriedades familiares também foram forçadas a depender muito da lavoura do cacau e incentivadas, mais recentemente, a adotarem outras monoculturas de exportação (guaraná e cravo). As lavouras de banana e de mandioca também são muito importantes no contexto econômico da região.

Pressionados pela insuficiência de renda possível de ser auferida diretamente de práticas agrícolas em suas exíguas propriedades familiares, verifica-se que uma parcela significativa dos homens busca trabalho assalariado nas propriedades vizinhas, contratados precariamente por períodos intermitentes. As mulheres cuidam da casa e assumem trabalhos produtivos nos quintais, onde têm criatórios de aves, e/ou de porcos e pequenas hortas. Jovens de ambos os sexos são pressionados a migrar e se verifica paulatino envelhecimento das comunidades.

A FASE Bahia vem atuando há anos nestes municípios, contribuindo para a formação sociotécnica de famílias agricultoras, com atenção especial para jovens, visando sua inclusão social e econômica. O trabalho se concentra no fortalecimento das entidades associativas e sindicais, para que aprofundem o controle social sobre as políticas públicas (saúde, educação, alimentação escolar etc.) e possam participar qualificadamente da disputa em torno das orientações e alternativas de desenvolvimento (Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); crédito; co-

mercialização; desenvolvimento territorial; investimentos governamentais em infraestrutura produtiva comunitária). Isto vem sendo feito de maneira sincronizada com intervenções educativas diretas nas unidades produtivas familiares, canalizando investimentos que são conduzidos por jovens cuja renda gerada é administrada pelos jovens, mas buscando integração da atividade produtiva do jovem ao conjunto da unidade familiar. A FASE Bahia atua na construção e socialização de conhecimentos agroecológicos que favoreçam maior Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias, diversificando e ampliando a produção familiar, procurando criar uma nova cultura no relacionamento dos jovens com seus sistemas de produção.

Com níveis mais elevados de conhecimento e de renda, essas famílias (aí incluídos rapazes e moças) não só permanecem identificados como agricultores e estimulados a permanecer na atividade, como suas experiências assumem a condição de pólos demonstrativos capazes de irradiar técnicas produtivas acessíveis às demais famílias das comunidades diretamente alcançadas. A sustentabilidade das famílias agricultoras depende não só da continuidade da assessoria técnica e adoção crescente de princípios agroecológicos, mas também de sua qualificação organizativa para acessarem políticas públicas de crédito (PRONAF Jovem; Mulher; Agroecologia; Agroindústria; Mais Alimentos), e de comercialização (PAA; PNAE – Lei nº 11.947/09), o que só é possível quando homens e mulheres agricultoras passam a atuar como sujeitos políticos promotores e defensores de seus direitos. E os jovens são componente fundamental e indispensável deste processo, caso se queira continuar tendo Agricultura Familiar nesta região.

Agroecologia no caminho de jovens que querem permanecer no campo (Agroecologia Em Rede/divulgação)



Gerar renda: um caminho para manter os jovens no campo

Luana Marfim¹

O Projeto Territorial de Geração de Ocupação e Renda para Jovens Agricultores Familiares na Bahia é implementado pela FASE Bahia desde 2011 na região do Vale do Jiquicá e no Baixo Sul. O objetivo é formular e experimentar práticas de alternativas de desenvolvimento baseadas na agroecologia, que se contrapõem ao agronegócio e buscam manter a juventude rural no campo. O ponto de partida foi um diagnóstico da situação no território. A pesquisa revela que, não encontrando alternativas viáveis para sua permanência com garantia de acesso à renda, os jovens têm sido maioria no contingente migratório para centros urbanos.

São atendidos pelo projeto 130 jovens agricultores, de 28 comunidades nos municípios de Presidente Tancredo Neves, Valença, Laje, São Miguel das Matas, Matuípe, Jiquiriçá e Ubaíra. Para a seleção dos atendidos, são utilizados critérios como envolvimento sindical, participação na vida associativa da comunidade, vontade de continuar sendo agricultor e facilidade de relacionamento e comunicação. Esses jovens recebem assessoria técnica, são incentivados a definir e implantar núcleos produtivos e são estimulados a compartilhar com outras famílias agricultoras os conhecimentos adquiridos. Assim, com estímulo à produção, o projeto possibilitou a criação de condições favoráveis à ampliação de experiências de comercialização e agroindustrialização - caminhos concretos de geração de renda através do trabalho dos jovens no campo.

O projeto desenvolve estratégias de socialização das práticas de produção agroecológica, de organização e regularização das associações comunitárias, além da construção e divulgação de conhecimentos sobre o que são e como se dá o acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Essas ações procuram relacionar os conteúdos trabalhados no percurso formativo (oficinas, dias de campo, intercâmbios entre comunidades) com a assessoria técnica regular da FASE, para gerar um espaço de difusão e compartilhamento dos conhecimentos adquiridos. No processo de geração de renda, existem ainda algumas dificuldades, a maioria relacionada ao acesso à políticas públicas como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF Jovem e PRONAF Mulher), e aos programas de comercialização via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esta é uma das frentes de atuação da assessoria da FASE junto aos participantes do projeto.

As estratégias de comercialização incorporam as demandas da própria comunidade e em muitos casos há um envolvimento não só dos jovens, mas de toda família, o que contribui para o sucesso dos empreendimentos. A renda gerada varia entre R\$ 100,00 e R\$ 400,00 por mês. "Apesar de ser ainda um valor relativamente baixo, o fato de terem uma atividade econômica de sua responsabilidade tem possibilitado a permanência de quase todos no campo", explica Paulo Demeter, educador da FASE Bahia.

¹ Estudante de jornalismo na UFF. Estagiária da FASE.



Jovens agricultores baianos e técnicos da FASE em ação (divulgação/FASE Bahia)



Notas e referências bibliográficas

² Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/524569-uma-decada-de-bolsa-familia>

³ De acordo com o relatório elaborado pela OIT "Trabalho Decente e Juventude no Brasil", 67,5% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados ou na informalidade em 2006. Citado em <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/jovens-sofrem-com-o-desemprego/31755/>

⁴ Conforme artigo publicado por Rui Daher, no Terra Magazine, em 06/04/10.

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4364568-EI12666,00-Vale+a+pena+debater+reforma+agraria.html>

⁵ Conforme o relatório "Trabalho Decente e Juventude no Brasil", organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), citado em <http://www.zap.com.br/revista/empregos/tag/taxa-de-desemprego-entre-jovens/>

⁶ Entre as mulheres, a desocupação chega a 23%, o que é superior aos 13,8% observados entre os homens. Nos homens que se reconhecem como brancos, a taxa é de 18,7%, inferior à observada com os negros (23%).

⁷ Exposição elaborada por Jorge Abrahão de Castro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009; acessada em www.jpt.org.br/.../upload/apresentacao-sem-juv-proj-nac-jorge-abrahao.ppt

⁸ <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/524954-risco-de-jovem-ficar-de-semplegado-no-pais-e-tres-vezes-maior-que-de-adulto>. Em 23 de outubro de 2013.

⁹ O conceito de 'agricultor familiar' está previsto na Lei 11.326/2006. Aquela que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Estão inseridos nesta categoria tanto pequenos proprietários(as), quanto posseiros(as), renteiros(as), assentados(as),

acampados(as) da reforma agrária e ocupantes com títulos precários de propriedade.

¹⁰ MAPA. Plano Agrícola e Pecuário 2012 / 2013. Brasília. DF. 2012.

¹¹ Cf. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar: Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

¹² Dados compilados pelo Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) a partir dos Censos Demográficos 2010; e Agropecuário 2006, ambos do IBGE. O documento foi apresentado pelo FBAF ao Governo da Bahia em março de 2012.

¹³ WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Estudos Nead, 7, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

¹⁴ BUAINAIN, Antonio Marcio et.al. *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Série desenvolvimento rural sustentável, v.16. Brasília: IICA, 2012.

¹⁵ Conforme o INCRA, o módulo fiscal no Baixo Sul é de 20 ha. e no Vale do Jiquiriçá é de 35 ha.

¹⁶ BAHIA, Anuário Estatístico da. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia v. 24. Salvador: SEI, 2011.

¹⁷ IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

¹⁸ Trata-se do número de famílias cadastradas conforme critérios do "Cadastro Único da União (CadÚnico)", ou seja, famílias com renda per capita mensal de até R\$ 232,50 (meio salário mínimo de 2008 - R\$ 465,00), em março de 2010. Fonte.: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. v. 14 - Baixo Sul; e v. 17 - Vale do Jequiriçá. v. 2 - Litoral Sul. Salvador: SEI, 2010.

¹⁹ Trata-se das famílias com renda per capita mensal de até R\$ 137,00 (correspondente ao perfil do Cadastro do Programa Bolsa Família) e que eram beneficiadas em abril de 2010.



Comunicação como produção coletiva. (virajovem/Flickr)

Comunicação que mobiliza a juventude para a transformação social

Alessandro Muniz, Bruno Ferreira e Maria Izabel Leão¹

¹Alessandro Muniz é jornalista e educador, integrante da Rede Virajovem e facilitador da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc); Bruno Ferreira é jornalista e educador da Viração Educomunicação, aluno da especialização em Educomunicação (ECA/USP) e editor da Revista Caravela; Maria Izabel Leão é mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e jornalista do Jornal da USP.

Mesmo com a possibilidade que as redes sociais dão às pessoas comuns de se comunicarem, não é possível dizer que a comunicação no Brasil é democrática. Por mais contatos que tenhamos no Facebook, a voz das pessoas é sempre limitada quando comparada ao alcance que os grandes meios de comunicação possuem. No entanto, o potencial comunicativo é inato do ser humano e, por isso, a comunicação é reconhecida enquanto direito humano.

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Isso significa que, muito além de ter o direito de se manifestar livremente, o ser humano tem direito aos meios de produção de comunicação. Desmistifica-se a ideia de que fazer jornal, programa no rádio ou TV seja uma atividade exclusivamente profissional, às quais têm direito apenas jornalistas, radialistas, publicitários etc.

Paulo Freire afirma que “o mundo do ser humano não existiria se não fosse um mundo capaz de comunicar – o mundo dos seres humanos é um mundo de comunicação” (1973, *apud* LIMA, 1981, p. 63). E completa que:

Os homens não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de coisa. Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado. (FREIRE, 1970, *apud* LIMA, 1981, p. 63)²

Se o ser humano é essa criatura “essencialmente comunicativa” que, impedida de se comunicar, se reduz “à condição de coisa”, sem poder exercer sua expressão nos mais diversos meios, o ser humano tem sua condição fundamental negada, como explica Bertrand:

Sendo a comunicação uma necessidade essencial do ser humano, o “direito à comunicação” impõe-se: o direito reconhecido aos indivíduos, aos grupos e nações de trocar qualquer mensagem por qualquer meio de expressão. E consequentemente, a obrigação para a coletividade de fornecer os meios desta troca. O direito à educação não significaria grande coisa se não houvesse escolas, nem o direito à saúde sem hospitais. (BERTRAND, 1999, p. 68)³

É fundamental ao ser humano a “conquista de seu direito de voz, o direito de pronunciar sua palavra”, declara Freire, completando que a pessoa que “tem voz” é sujeito de suas próprias opções, pois pode projetar livremente seu

próprio destino (FREIRE, 1970, *apud* LIMA, 1981, p. 66).

No entanto, nossa configuração social transforma esse direito humano em privilégio dos detentores dos meios de produção. No Brasil, apenas seis famílias detêm o setor de comunicação, formando um oligopólio. Essa ação, proibida pela legislação brasileira, impede que setores sociais tenham voz e visibilidade.

Se setores sociais legitimamente integrantes da nossa cultura não têm a possibilidade de alcance nacional para mostrar sua própria realidade, o que garantiria desmistificar estereótipos e preconceitos historicamente constituídos – como é o caso dos quilombolas, indígenas e homossexuais, por exemplo – porque são limitados por interesses privados, afirmar que estamos em uma democracia é, no mínimo, incoerente. A educomunicação, então, percebe que o exercício do direito à expressão e à comunicação plena para todos significa também buscar outro modelo de sociedade, de sociabilidade, de convivência e organização social da produção realmente democráticas:

Uma sociedade onde todos os cidadãos possam participar das decisões relativas ao seu destino político, onde qualquer forma de imposição hierárquica na distribuição do poder e dos privilégios esteja definitivamente abolida, e onde o desenvolvimento dos indivíduos seja integral (SINGER, 2010, p. 16)⁴.

A autora completa que “entende-se que essa sociedade só será possível se os seus membros forem pessoas de iniciativa, responsáveis, críticas, em uma palavra, autônomas” (SINGER, 2010, p. 16) - características estimuladas pela prática educacional nos indivíduos.

A educomunicação

A educomunicação, campo de pesquisa e intervenção social que encontra-se na interface Comunicação/Educação, é um dos caminhos para a garantia do direito humano à comunicação, em especial de adolescentes e jovens, pois atua realizando uma reflexão e transformação das relações e espaços sociais (as relações com o conhecimento, com as identidades e culturas populares, o espaço da escola, da comunidade, das decisões políticas) para promover o diálogo e a participação horizontal e emancipatória de todos os envolvidos. Parte de um entendimento de que “educação, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 2006b, p. 44)⁵, na perspectiva da educação popular desenvolvida na América Latina desde os anos de 1950 (GADOTTI, 2013, p. 4)⁶. Significa, com isso, uma opção pela “Educação como Prática da Liberdade” (FREIRE, 2006a)⁷, pois revela e impulsiona uma pessoa-sujeito, ao invés de uma educação para a domesticação, que resulta em uma pessoa-objeto (*Ibid.*, p. 44). Para efetivar direitos, é preciso não só permitir às pessoas acessá-los, mas que

de fato o exerçam com autonomia, sejam sujeitos destes direitos, não meros consumidores passivos.

Nossa relação com a mídia é uma relação de comunicação/educação, pois estamos o tempo inteiro aprendendo com as imagens, fotografias, textos escritos, audiovisuais e radiofônicos. Os meios de comunicação de massa, desta forma, também educam. E para nos colocarmos como sujeitos e cidadãos nessa realidade, para compreendermos a realidade e nos colocarmos nela, transformando-a, torna-se fundamental lê-la criticamente e poder expressar as diversas possibilidades de interpretação do passado, do presente e do futuro. Para isso, precisamos nos apropriar da comunicação em todas as suas possibilidades, dimensões e meios técnicos, como parte de nosso processo de ensino-aprendizagem cotidiano.

A educomunicação pode ser definida como “um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos” (BARBERO, 2002, *apud* SOARES, 2011, p. 44)⁸, conceito definido como um “ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e suas tecnologias” (SOARES, 2011, p. 44).

Onde quer que seja aplicada (na escola, na família, no trabalho ou alguma organização ou espaço social), a educomunicação atua problematizando com todos os envolvidos os processos comunicativos estabelecidos nos convívios e relações sociais existentes. Perceber, avaliar e transformar essas relações sociais é uma das tarefas do grupo mediado pela educomunicação, fazendo uma opção “pela construção de modalidades abertas e criativas de



Divulgação/Revista Viração

relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência” (SOARES, 2011, p. 45), seguindo o exemplo da pedagogia freireana.

Trata-se, então, de uma educação e comunicação integradas, articuladas, pensadas sob uma perspectiva transformadora e exercidas como: “instrumentos de luta por emancipação dos indivíduos e das classes, e não apenas como meras estruturas de dominação e reprodução das desigualdades sociais” (BELLONI, 2005, p. 2)⁹.

A educomunicação propõe o uso da comunicação nos espaços educativos como forma de valorizar a expressão comunicativa das crianças e jovens, em que estes prati-

quem um exercício comunicativo que promova a formação crítica, sendo esses sujeitos envolvidos com as potencialidades da comunicação - mais que simples produtores e receptores de informação. São sujeitos atuantes e participantes que interferem e transformam a realidade como agentes principais da dinâmica de construção de representações e sentidos.

O artigo 17 da Convenção sobre os Direitos da Criança garante que o acesso à informação é um direito de cada criança e adolescente. Neste viés, a educomunicação vem para transformar o sentido equivocado desta afirmação que até hoje é entendida apenas como direito de recepção de informações.

Essa perspectiva da educomunicação corrobora com a do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que afirma que o direito à informação de crianças e jovens é, sobretudo, o direito de demandar, produzir e disseminar conhecimento.

É importante frisar que o direito à comunicação e a democratização dos meios de comunicação, dois princípios e objetivos da educomunicação na perspectiva adotada neste trabalho, são imprescindíveis para o pleno exercício da democracia participativa - e plural.

Viração: promovendo a participação

A Revista Viração¹⁰ é uma publicação mensal feita por adolescentes e jovens organizados atualmente em 26 Conselhos Editoriais Jovens presentes em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal. A publicação existe desde março de 2003. Idealizada pelo jornalista Paulo Lima, foi criada com o objetivo de garantir à juventude o direito humano à comunicação. Considerada um “projeto social impresso”, inicialmente, a publicação era feita por jovens de São Paulo que se reuniam na sede da Viração para avaliar as edições, propor e produzir novos conteúdos, sob a orientação do jornalista.

A visibilidade da revista e suas práticas ampliaram as possibilidades do projeto, permitindo o estabelecimento da organização não governamental Viração Educomunicação que abarca outros projetos de educomunicação: alguns permanentes, como a Revista Viração, outros pontuais, como coberturas educacionais de eventos relacionados à juventude, infância, adolescência, comunicação e direitos humanos.

Com o passar do tempo, a revista expandiu sua visibilidade e grupos de jovens de outros estados do país passaram a se interessar em colaborar



com a *Viração*, incorporando a sua metodologia colaborativa para a produção de conteúdos locais. A publicação aos poucos foi se transformando em um projeto de proporções maiores, que transcenderam as páginas da publicação - e até mesmo o seu processo de produção.

A metodologia colaborativa e dialógica adotada pela *Viração* e o caráter militante pelo direito humano à comunicação dos "virajovens", presentes enquanto movimento social em espaços políticos como o próprio Fórum Social Mundial, além da I Conferência Nacional de Comunicação e as duas edições da Conferência Nacional de Juventude, fortaleceram e transformaram o então projeto social impresso em organização não governamental.

É costume dizer que as árvores nascem das sementes. Mas como poderia uma sementinha gerar uma árvore enorme, uma mangueira, por exemplo? Pois bem, as sementes não contêm os recursos necessários ao crescimento de uma árvore. Esses recursos devem vir do ambiente onde ela nasce. O ambiente em que foi gerada a *Viração* foi muito fecundo. Estávamos embalados pela grande novidade que representou o Fórum Social Mundial. Estávamos embalados pelo primeiro governo Lula. Era março de 2003. O ambiente em que nasceu *Viração* era propício.

Mas não foi nada fácil chegar até aqui. Ouvimos muitos "nãos". Foram muitos os tempos de vacas magras [...]. Mas as portas e janelas, aos poucos, foram se abrindo. A gente foi sendo conhecido e reconhecido, no Brasil e no exterior; no ambiente acadêmico e no movimento social que defende a democratização da cultura e da comunicação. (LIMA *apud* PROETTI, 2010, p. 18)¹¹

A *Viração* parte do reconhecimento do direito à comunicação e expressão de adolescentes e jovens e da necessidade de viabilizá-lo. A revista pretende ser um canal de comunicação pelo qual adolescentes e jovens presentes em diversos estados do Brasil, com vivências sociais e culturais diversas, tenham a possibilidade de expressarem suas realidades e repertórios a partir de seu próprio olhar sobre suas experiências cotidianas, temas de interesse e afinidade.

O processo de produção midiática da Revista *Viração*, caracterizada pela participação de jovens presentes nas cinco regiões brasileiras, só é possível graças a um processo de mediação tecnológica que envolve os participantes em um espaço virtual, em que o relacionamento, a troca e o diálogo acontecem com vistas à elaboração de um produto midiático impresso. Trata-se, mais do que um espaço de conversa e propostas, de um ambiente pedagógico em que as sugestões de pautas encontram respaldo em orientações metodológicas e sugestões de encaminhamentos de todos os envolvidos nesse processo.

As trocas se dão em um grupo fechado da rede social Fa-

cebook, do qual participam atualmente 135 membros, contado com um mediador que é jornalista educador¹². Este e os representantes dos conselhos editoriais jovens – denominados "mediadores" – reúnem-se em chat uma vez por mês para discutir as pautas da edição seguinte, avaliar a edição anterior e partilhar interesses e dúvidas comuns. Os conselhos possuem, individualmente, atividades e agendas locais próprias.

Já é comum entre os integrantes da Rede Virajovem e Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores se reunirem de duas a quatro vezes por ano para diversas coberturas jovens colaborativas. Uma das mais significativas foi a da Rio+20, em que cerca de 100 jovens brasileiros, sul-americanos e europeus acompanharam os processos oficiais e da Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, em junho de 2012. A cobertura foi feita para o site noticioso e colaborativo da *Viração*, a Agência Jovem de Notícias¹³.

É dessa forma que a *Viração*, há 10 anos, procura incentivar a discussão sobre o direito de adolescentes e jovens à comunicação.

Notas e referências bibliográficas

² LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e Cultura: As ideias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

³ BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias*. Bauru: EDUSC, 1999.

⁴ SINGER, Helena. *República de Crianças*. Sobre experiências escolares de resistência. Campinas: Mercado de Letras: 2010.

⁵ FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

⁶ GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. *PROPOSTA Revista Trimestral de Debate da FASE*. Acesso em 14 nov. 2013. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf

⁷ FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006a.

⁸ SOARES, Ismar. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*: Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

⁹ BELLONI, Maria Luiza. *O que é Mídia-Educação?* Campinas: Autores Associados, 2005.

¹⁰ Cf. <http://www.viracao.org/>

¹¹ PROETTI, Amanda. *Viração: experiência epistemológica da educcomunicação*. Monografia de especialização. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

¹² Jornalistas educadores são os profissionais da *Viração* que têm formação acadêmica em jornalismo e são responsáveis por realizar a mediação com os colaboradores jovens do processo de produção de conteúdo para os veículos de comunicação da organização. O jornalista educador, diferentemente de um jornalista convencional, coloca seus conhecimentos jornalísticos a serviço da prática educacional, auxiliando e orientando as produções de conteúdo de adolescentes e jovens.

¹³ Cf. <http://www.agenciajovem.org/wp/>



Jovens norueguesas participam da campanha que ganhou respeito nacional. (divulgação/OD)

Solidariedade internacional: a juventude norueguesa comemora 50 anos de Operação Dia de trabalho

Christian Schøien¹

¹ Christian Schøien é coordenador dos projetos da Campanha OD.

Introdução

Em 2014, faz 50 anos que a campanha *Operasjon Dagsverk* (Operação Dia de Trabalho² - OD) foi iniciada na Noruega. O pano de fundo foi que vários integrantes do *Norges Gymnastsamband* (a organização norueguesa dos estudantes secundaristas) acharam que seria egoísta por parte da organização somente lutar pelos direitos dos estudantes noruegueses, sabendo que em outras partes do mundo havia jovens que nem tinham estes direitos garantidos. A resposta então foi o estabelecimento de uma campanha que é realizada todo ano desde 1964, na qual os jovens estudantes noruegueses têm a possibilidade de estudar questões do desenvolvimento global que raramente são integradas no ensino regular³.

Para diferenciar o *Dia de trabalho* do “Dia do Trabalho” (que em norueguês é *Første mai*, “primeiro de maio”), é preciso frisar que a campanha *Operasjon Dagsverk* (OD) promove uma jornada específica em que os estudantes secundaristas trabalham por um dia inteiro em prol de estudantes de países periféricos e/ou de minorias étnicas. Em inglês, a tradução é *Operation Day's Work*.

Breve história da campanha OD

A Operação Dia de Trabalho (OD) é uma campanha anual de solidariedade organizada por, com e para jovens. Na OD, que acontece em outubro, os alunos entre 13 e 19 anos, em vez de irem para a escola, trabalham um dia em prol de projetos de educação de jovens em países de renda média ou baixa. Durante o período que antecede a OD, é organizada a campanha de conscientização, a *Semana Internacional*, nas escolas participantes, durante a qual os alunos aprendem sobre questões globais e sobre os projetos específicos a serem apoiados naquele ano.

A filosofia básica da campanha OD é que os jovens noruegueses, ao oferecerem um dia de sua própria educação, possam contribuir com a educação de jovens em outras partes do mundo. Porém, o aspecto ressaltado como o mais importante da campanha é o trabalho de conscientização – a Semana Internacional. O objetivo desse trabalho é, através de atividades pedagógicas e criativas nas escolas, proporcionar uma aprendizagem aos alunos, tanto sobre os projetos concretos a serem apoiados, quanto sensibilizá-los para questões da relação norte/sul, da desigualdade social global e para a responsabilidade que cada um tem no sentido de contribuir para um mundo mais justo. A partir das aprendizagens obtidas durante a campanha de informação, os jovens então podem to-

mar a decisão se querem participar da Operação Dia de Trabalho ou não. A Semana Internacional reforça o princípio de solidariedade: somente doar dinheiro não transforma a sociedade, o que transforma são o conhecimento e o engajamento ativo!

Em 1964, a campanha se iniciou com a arrecadação de 100.000 coroas norueguesas (equivalentes hoje a R\$ 35.000) para a construção de escolas na Argélia (com grande parte da sua infraestrutura devastada depois de anos de guerra). A campanha ganhou corpo a cada ano, até que se tornou a maior mobilização de jovens na Noruega, hoje com a participação anual de 125.000 jovens de 650 escolas. Durante os últimos 10 anos, o valor arrecadado tem se mantido estável em torno de 30.000.000 de coroas (equivalentes a R\$ 11.000.000), que são canalizadas por agências norueguesas de cooperação durante um período de 5 anos³.

A OD surgiu na Suécia (*Operation Dagsverke*) em 1961 em função de uma campanha de solidariedade dos estudantes suecos em favor de estudantes sul-africanos submetidos ao regime do *Apartheid* e espalhou-se como referência de campanha de solidariedade internacional para vários países europeus (Noruega, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Países Baixos e Bélgica) que tinham em comum regimes de bem-estar (Welfare State) nos quais se deu a universalização da escolarização pública e a consolidação de direitos sociais sob auspícios de uma forte tradição organizativa dos trabalhadores e da juventude. Durante as campanhas, estudantes escolhem um país ou etnia em situação de vulnerabilização para ser alvo de um projeto de cooperação educacional.

Sobre a Operação Dia de Trabalho

Para muitos jovens, a participação na campanha OD significa uma introdução a essas questões, também trazendo uma possibilidade de intervenção ativa: ou como integrante de um dos muitos comitês organizadores ao redor do país, ou simplesmente através de participação na OD, arrecadando dinheiro para os projetos. A campanha representa um dos principais exemplos práticos de trabalho de solidariedade internacional na Noruega e é um fenômeno que tem estimulado o interesse por questões internacionais e de desenvolvimento num país onde tais questões (para muitos) parecem distantes. Certamente nem todos os 125.000 alunos que participam anualmente são igualmente engajados – na Noruega, tal como em qualquer outro lugar, há jovens desinteressados e indife-

rentes, jovens mesmo com postura contra a campanha, além de outros desafios. Mas não existe dúvida de que grande parcela dos participantes da OD sai da campanha com novas perspectivas sobre o mundo e sobre seu próprio papel no mundo. Isso sem dúvida vale para os mais de 4.000 jovens que integram os comitês em níveis local, regional e nacional, e que investem grande parte do seu tempo livre (e da escola) na preparação e realização da campanha.

O fato de a campanha ter se tornado uma instituição tão sólida e com abrangência nacional deve-se a muitos fatores. Um deles é que a OD, na ambição de mobilizar e alcançar o maior número possível de jovens, raramente adota um perfil controverso nas campanhas. O foco está sempre na educação e nos direitos da juventude. Certamente os temas da campanha podem ser apresentados como provocações, mas tem-se quase como uma regra não escrita de não assumir uma posição polarizadora em questões polêmicas na sociedade norueguesa. Projetos para jovens na Palestina nunca ganharam a votação, por exemplo, apesar de terem sido apresentados várias vezes, devido às fortes frentes no debate sobre o conflito entre Israel e Palestina na sociedade norueguesa. O fato de serem os próprios alunos que escolhem o projeto a ser apoiado através de votação em cada escola, a partir de várias propostas apresentadas, faz com que os alunos se apropriem dos projetos; por outro lado, reduz a probabilidade de um projeto mais controverso ser escolhido.

Além disso, a Noruega é um país relativamente pequeno, é um estado de bem-estar social, onde quase toda a população jovem frequenta uma escola pública de boa qualidade. Um sistema escolar uniforme como este certamente facilita o trabalho organizativo. Deve ser dado destaque também ao fato de que os alunos têm o direito de gastar certo número de dias todo ano para se envolver em atividades organizativas, por exemplo como integrantes do grêmio da escola, membro da juventude de algum partido político ou de um comitê da OD.

A abrangência e a longa história da OD faz com que a maior parte da população norueguesa tenha conhecimento e, em muitos casos, uma relação próxima à campanha. Sem dúvida, a OD tem servido como uma “escola” de engajamento social e de solidariedade para várias gerações. Muitas pessoas centrais na política e nas organizações da sociedade norueguesa tiveram, na OD, a sua primeira experiência de trabalho de organização. Até mesmo no governo de direita recém eleito na Noruega, dois dos ministros são antigos presidentes da campanha, incluindo a primeira-ministra Erna Solberg, que foi presidenta da campanha de 1979 para Jamaica – infelizmente sem que isso se reflita de forma positiva no orçamento da cooperação norueguesa apresentado pelo novo governo em novembro de 2013³.



Cenas dos anos de caminhada de OD (divulgação/OD)

Organização juvenil na Noruega

Há uma percepção, nos últimos anos, de que a juventude norueguesa não se engaja como antes em questões de política ou da sociedade em geral. Olhando para formas tradicionais de engajamento social e político, isso pode estar correto. Porém, não necessariamente significa que o ativismo juvenil está reduzido; a questão é que o ativismo está assumindo novas formas, como aponta a socióloga Guro Ødegård em entrevista ao Forskning.no⁴.

Segundo a socióloga, as organizações da juventude têm sido espaços importantes de aprendizagem e de fortalecimento da democracia. Permanecem importantes, mas vimos uma redução nos números de jovens que se engajam através desses canais. O ativismo da juventude está em movimentação constante e o caráter da atividade política está assumindo uma feição de ativismo mais pontual em ações concretas. O desafio então é de criar novos espaços e canais para captar essas múltiplas e novas vozes. É um desafio para os partidos políticos noruegueses e também para a nossa democracia. Para se manter, a democracia deve estar em movimento.

Além das organizações de juventude dos partidos políticos, cujos números de integrantes de fato têm aumentado de 12.000 (em 2000) para 18.000 em (2010), existe uma grande variedade de organizações da juventude que buscam incidir nos debates políticos e no desenvolvimento da sociedade. No geral, estas organizações hoje sofrem com problemas de recrutamento de novos membros.

Ødegård ainda aponta, em entrevista ao forskningsrådet.no⁵, que isso não significa que os jovens são menos ativos

hoje, mas que o ativismo não mais pode ser categorizado apenas olhando para o número de integrantes das organizações formais. O ativismo juvenil de hoje se mostra mais forte através de formas *não-institucionais* e *ad-hoc*, que raramente são consideradas quando se fala na participação juvenil.

Nesse cenário, porém, a OD tem mantido a sua posição como uma grande mobilização nacional. Numa Noruega onde a população vive praticamente numa bolha de prosperidade, com o foco cada vez mais no próprio bem-estar, o papel de iniciativas como a OD ganha importância ainda maior, com a sua ambição de criar engajamento e consciência de que todos tenham responsabilidade de dar sua contribuição, independente de onde vivem ou da situação em que se encontram.

Notas e referências bibliográficas

² www.operasjondagsverk.no

³ Op. cit.

⁴ LNU's resultatrapport 2013

⁴ <http://www.forskning.no/artikler/2010/september/259185>

⁵ http://www.forskning.no/prognostikk/Nyheter/Rotlos_ikke_motlos/1224698392842?lang=no

APOIO FINANCEIRO

INTERNACIONAL

Action Aid

<http://www.actionaid.org.br/>

AIN - Ajuda da Igreja Norueguesa

<http://www.kirkensnodhjelp.no/en>

Brot für die Welt (Pão para o mundo)

<http://www.brot-fuer-die-welt.de/>

CCFD - Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement

<http://ccfd-terresolidaire.org/>

Cirque du Soleil

<http://www.cirquedusoleil.com>

Desenvolvimento e Paz

<http://www.devop.org/>

EED - Evangelischer Entwicklungsdienst e.V

<http://www.eed.de/>

Fastenopfer- Ação Quaresmal Suíça

<http://www.fastenopfer.ch/sites/home/index.html?lang2=de>

Fundação Heinrich Böll

<http://www.br.boell.org/>

Fundação Ford

<http://www.fordfoundation.org/>

Misereor

<http://www.misereor.de/>

OXFAM Internacional

<HTTP://www.oxfam.org/>

Rosa Luxemburgo

www.rls.org.br

Solidarité Socialiste - Solsoc

<Http://www.solsoc.be/>

NACIONAL

CESE

<http://www.cese.org.br>

Governo do Estado do Pará / SAGRI

<http://www.sagri.pa.gov.br/>

Governo do Estado do Pará / ALEPA

<http://www.alepa.pa.gov.br/>

Fundo Amazônia / BNDES

www.fundoamazonia.gov.br/

Ministério do Desenvolvimento Agrário / SAF

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>

Ministério do Desenvolvimento Agrário / PPIGRE

<http://www.mda.gov.br/aegre>

Ministério do Meio Ambiente / PDA

<http://mma.gov.br/ppg7/pda>

Natura

<http://scf.natura.net/naturaesociedade/>

Petrobras

<Http://www.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento/ecidadania/home/>

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (Car/Sedir)

<http://www.sedir.ba.gov.br>



Juventude na Cidade e Justiça Ambiental: Que papo é esse?

Joana da Silva Barros e Evanildo Barbosa da Silva
FASE
Rio de Janeiro, 2012



Novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? Para quem?

Julianna Malerba (org.), Bruno Milanez e
Luiz Jardim Moraes Wanderley
FASE
Rio de Janeiro, 2012



Cooperação e Investimentos Internacionais do Brasil: a internacionalização do etanol e do biodiesel

Sérgio Schlesinger
FASE
Rio de Janeiro, 2012
(disponível também em inglês)



Pensar com os outros – 50 anos de FASE: Trajetórias de uma organização da Sociedade Civil brasileira

Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira
FASE
Rio de Janeiro, 2011



Relatório-síntese - Projeto Avaliação de Equidade Ambiental

FASE, ETTERN (IPPUR/UFRJ)



Vídeos - Do campo à cidade: mulheres em busca de direitos

Produção: Olhear Electromatto
Realização: SAAP/FASE
Rio de Janeiro, 2011

Interessado nas publicações da Fase?
Acesse www.fase.org.br/loja ou entre em contato
pelo comunicacao@fase.org.br

Endereços



FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379

FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379

FASE-MATO GROSSO

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 3223 4615
Fax: (065) 3223 7130

FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-PERNAMBUCO

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-BAHIA

Rua General Labatut, 78 - Barris
40.070-100 - Salvador - BA.
Telefone: (071) 3328-1083



PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE

ISSN 1982-8950

Proposta nº 127 - 2014

Conselho Editorial

Grazia de Grazia
Jean-Pierre Leroy
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Regina Leite Garcia

Edição

Livia Duarte

Revisão

Lou-Ann Kleppa

Jornalista Responsável

Livia Duarte

Organização do Nº 127

Joana Barros, Livia Duarte,
Evanildo Barbosa da Silva

Projeto Gráfico Original

Maurilio Soares/Casa-da-Comunicação

Diagramação e Capa

Flávia Mattos

Fotos

Acervo da FASE e parceiros
Imagens sob Creative Commons

Foto de Capa

Luiz Baltar

Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350
Fax: (021) 2536 7359

E-mail: comunicacao@fase.org.br
www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados
são de inteira responsabilidade de seus autores.

APOIO PARA ESTA EDIÇÃO:

